**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SIMULTÂNEA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DO FÓRUM PARLAMENTAR CATARINENSE PARA DEBATER O PROCESSO DE FUSÃO E INCORPORAÇÃO DAS EMPRESAS ELETROSUL E CGTEE, REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2019, ÀS 9H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, PALÁCIO BARRIGA-VERDE**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Hudson Mendes Cardoso)** — Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início a este evento convocado pelo Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Jair Miotto, em conjunto com o Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, por proposição da Deputada Estadual Luciane Carminatti, que tem por objetivo debater o processo de fusão e incorporação das empresas Eletrosul e CGTEE.

Convidamos para compor a mesa de autoridades o senhor Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, excelentíssimo Deputado Estadual Jair Miotto; o senhor Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, excelentíssimo Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça; a senhora membro da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, excelentíssima Deputada Estadual Luciane Carminatti; o senhor Senador da República, excelentíssimo Esperidião Amin; o senhor Senador da República, excelentíssimo Jorginho Mello; o senhor diretor-presidente da Eletrobras Eletrosul, Gilberto Odilon Eggers; o senhor presidente da Companhia Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), Jorge Andriguetto Junior; o senhor coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região, Eduardo Clasen Back; a senhora Deputada Estadual, excelentíssima Marlene Fengler; a senhora Deputada Federal, excelentíssima Angela Amin; o senhor Deputado Federal, excelentíssimo Hélio Costa; a senhora Deputada Federal, excelentíssima Caroline de Toni; o senhor Deputado Federal, excelentíssimo Darci de Matos; o senhor Deputado Federal, excelentíssimo Pedro Uczai; e o senhor Deputado Federal, excelentíssimo Carlos Chiodini.

Registramos a presença nesta audiência pública do excelentíssimo senhor Prefeito de Nova Trento, Gian Francesco Voltolini, neste ato representando o senhor presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Joares Ponticelli; do senhor presidente da Associação dos Produtores de Energia de Santa Catarina (Apesc), Gerson Pedro Berti; do senhor presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas (ABEE) e conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, José Antônio Latrônico Filho; do senhor presidente da Associação dos Aposentados e pensionistas da Eletrosul, Deusdete de França Saraiva; do senhor diretor de Engenharia da Eletrosul, Marcos Romeu Benedetti; do senhor diretor de Operação da Eletrosul, Ildo Wilson Grüdtner; do senhor diretor administrativo da Eletrosul, Jorge da Silva Mendes; do senhor diretor financeiro da Eletrosul, Tomé Aumary Gregório; do senhor diretor executivo da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Jucélio Paladini; do senhor inspetor do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), de Santa Catarina, Bernardo Jacinto Damiani Tasso; do senhor Deputado Estadual no período entre 2007 e 2015, Jailson Lima; do senhor assistente executivo de Engenharia da Eletrosul, Marco Antônio Salgueiro dos Santos; do senhor assessor parlamentar da Eletrobras do Município de Florianópolis, Pedro Roberto Guimarães Pinheiro; do senhor assessor de Relações Trabalhistas e Sindicais da Eletrosul, Jeferson Nunes; do senhor assessor parlamentar Alexandre João Pacífico, representando o gabinete do senhor Deputado Estadual João Amin; do senhor assessor parlamentar Rodrigo Leal Silva, representando o gabinete do senhor Deputado Federal Gilson Marques; do senhor assessor parlamentar Raphael Martins, representando o gabinete da senhora Deputada Federal Geovania de Sá; da senhora assessora parlamentar Priscila Nogueira da Silva, representando o gabinete do senhor Deputado Estadual Sérgio Motta; e do senhor coordenador estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Rodrigo Timm.

O Cerimonial convida o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Jair Miotto, para proceder à abertura oficial e presidência desta audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jair Miotto)** —Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta esta audiência e agradeço a presença de todos vocês nesta manhã, quando trataremos de um assunto tão importante como esse sobre a Eletrosul. E nos honra muito a presença de tantas autoridades, e cito aqui a proponente, Deputada Luciane Carminatti; a Deputada Marlene Fengler, que também esteve na reunião do Fórum Parlamentar Catarinense; o Coordenador do nosso Fórum Parlamentar Catarinense, o Deputado Peninha, que nos honra muito com a sua presença, que tem se esforçado e liderado essa agenda em Brasília; todos os nossos Deputados Federais, as nossas Deputadas Federais, os nossos Estaduais, em especial os nossos Senadores Esperidião Amin e Jorginho Mello, que aqui se encontram para tratarmos de um assunto tão importante.

A Eletrosul é uma das maiores empresas do setor elétrico do Brasil, uma empresa pública, enxuta, lucrativa, eficiente, com um corpo funcional de excelência, altamente qualificado, uma empresa que é referência no setor, que inclusive já recebeu vários prêmios de excelência operacional, transparência e gestão. É um importante vetor de desenvolvimento da região Sul do Brasil, orgulho do povo catarinense por sediá-la em nosso Estado. É uma empresa que acaba de completar cinquenta anos juntamente com a UFSC e que foi um marco para o desenvolvimento da região da Grande Florianópolis. Essa história de sucesso, agora, passa por um capítulo um tanto quanto complicado com a possibilidade desse processo de incorporação por outra empresa bem menor.

Então, como representantes do povo catarinense, é nosso dever acompanhar esse processo, opinar, influenciar, gerir esse desenvolvimento todo. E com transparência e publicidade estamos aqui reunidos nesta manhã.

Agradeço a presença de todos e quero — neste momento, reconhecendo inclusive o esforço da nossa bancada federal para estar aqui e dos nossos Senadores, bem como dos nossos Deputados Estaduais, até para honrar esse esforço e reconhecer a legitimidade desse trabalho feito em Brasília, na Câmara Federal — passar a condução destes trabalhos desta manhã ao nosso Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça, Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, que bravamente tem lutado na presidência do nosso Fórum.

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça)** — Primeiramente o meu bom-dia a todos vocês que estão aqui, funcionários da Eletrosul, Prefeitos, lideranças de Florianópolis, de todo o Estado de Santa Catarina e até de fora do Estado. (*Saúda os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Convidamos para fazer parte da mesa a Deputada Estadual Ada De Luca. (*A Deputada Estadual Ada De Luca declina do convite.*)

Este evento que está sendo realizado hoje na verdade é uma iniciativa do Fórum Parlamentar Catarinense, ou seja, dos dezesseis Deputados Federais e dos três Senadores de Santa Catarina. A primeira iniciativa partiu de um encaminhamento do Deputado Carlos Chiodini, que foi discutido numa reunião interna do Fórum e aprovado. Nós, inclusive, num primeiro momento pensamos que o Fórum iria fazer esse encontro lá na Eletrosul, mas a Deputada Marlene, que esteve conosco num encontro com o Ministro das Minas e Energia, o General Bento, sugeriu na época que fizéssemos aqui na Assembleia Legislativa.

Então faço essas considerações até para deixar esclarecido. Na verdade, até poderia ter havido, como houve, o pedido da Deputada Carminatti, que é Coordenadora da Frente que trata da Eletrosul, mas eu estou neste momento presidindo esta audiência pública exatamente porque é uma iniciativa do Fórum Parlamentar Catarinense. Aliás, eu estou na condição de Coordenador, mas a iniciativa, repito, é dos dezesseis Deputados Federais e dos três Senadores. Quero dizer, inclusive, que o Fórum Parlamentar Catarinense é um dos mais atuantes entre todos do Brasil, e em relação à Eletrosul, lá em Brasília, nós já tivemos diversas iniciativas, inclusive uma audiência pública que contou com a participação do presidente da Eletrobras, o Wilson, proposta pelo Deputado Federal Coronel Armando, quando já tivemos a possibilidade de discutir muito esse assunto. Então nós já estamos cobrando.

Na sequência, também por iniciativa do Fórum, dos Deputados Federais e dos Senadores, nós estivemos com o Ministro das Minas e Energia, o General Bento, e lá também, com muita ênfase, todos os Deputados que lá estavam e os Senadores brigaram, posso assim dizer, com toda a argumentação que hoje vamos aqui ouvir novamente, em relação a essa fusão. Na verdade, não é bem a fusão, é a Eletrosul passar para a CGTEE. Na prática, na verdade, essa fusão das empresas seria a incorporação da Eletrosul pela CGTEE, ou seja, a sede da empresa não seria mais em Santa Catarina, ela passaria no caso para o Rio Grande do Sul.

Existe uma polêmica em relação ao que Santa Catarina vai perder de recursos, de ICMS, de ISS, de Fundo de Participação. Nas audiências, as quais estivemos com o General Bento, presidente da Eletrobras, eles colocaram com muita veemência também que não haverá perda, mas a informação que nós temos é que só do Fundo de Participação dos Estados, por ano, no movimento econômico, Santa Catarina perderá em torno de R$ 60 milhões, pois que passarão a ser registrados no Rio Grande do Sul. E vejam só a contradição: a Eletrosul tem 1.200 empregados, 800 em Santa Catarina, e a CGTEE tem 350 funcionários; em 2018 a Eletrosul teve um lucro líquido de R$ 207 milhões e a CGTEE teve um prejuízo de R$ 562 milhões; o patrimônio líquido da Eletrosul é de R$ 6 bilhões e a CGTEE tem um patrimônio negativo em mais de R$ 4 bilhões — a CGTEE nós sabemos que é uma térmica a carvão que sempre teve muitas dificuldades.

O Senador Jorginho Mello, que aqui está, no dia da audiência com o Ministro Bento, usou uma frase que eu vou repetir: que a linguiça está comendo o cachorro, ou seja, não dá para entender por que isso está acontecendo. Por isso, o Fórum Parlamentar Catarinense, juntamente com a Assembleia Legislativa, em função das pessoas que aqui estão, está revoltado, indignado, e vai fazer de tudo para que isso não aconteça.

Como vamos conduzir esta audiência pública? Pretendemos que ela seja breve e objetiva, então a ordem das falas será seguida pela Deputada Estadual Carminatti e pelo Deputado Federal Chiodini, os dois proponentes. Eu pediria que fossem breves e objetivos [nas suas falas iniciais], porque, se a gente ficar só ouvindo discursos, vamos ficar o dia todo e não chegaremos à conclusão nenhuma, e nós queremos chegar a alguma conclusão e no final a algum tipo de encaminhamento.

Então os dois vão fazer as suas colocações, os motivos pelos quais propuseram a realização desta audiência, e na sequência vamos ouvir o presidente da Eletrosul, que vai falar representando a Eletrobras, e vamos ter também o contraponto de alguém que representa os funcionários, que será o Eduardo. Depois, então, vamos ouvir os dois Senadores — aliás, os três Senadores de Santa Catarina têm tido uma atuação destacada no Senado da República e, com certeza, serão de suma importância no encaminhamento que daremos aqui no dia de hoje. Quem desejar se manifestar pedimos que faça a inscrição com a assessoria da Comissão. Aí vamos ouvir os Deputados, que também têm que se inscrever, pela ordem, porque falará um Deputado Federal e depois um Deputado Estadual e algum representante, nós vamos intercalando. [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Mas eu quero insistir muito, principalmente aos Deputados e Senadores, para sermos objetivos e quem mais usar a palavra também seja objetivo. Não adianta ficar enchendo de linguiça, dando discurso, fazendo demagogia política, porque isso não nos interessa aqui hoje. Nós queremos objetividade de quem for falar. Então, após os dois proponentes, que eu vou dar sete minutos para cada um, dali para frente deu cinco minutos eu vou interromper a fala. Espero que vocês não me achem mal-educado e que entendam, pois não importa se é a maior autoridade da República, o Senador, meu amigo Jorginho, eu vou interromper para nós podermos realmente ser objetivos.

Convidamos para compor a mesa o Deputado Federal Daniel Freitas.

Enfim, a mesa concorda com esse encaminhamento? (*Os integrantes da mesa aquiescem.*)

Na sequência, passamos a palavra à Deputada Estadual Luciane Carminatti e depois ao Deputado Federal Carlos Chiodini.

(*O senhor Deputado Federal Hélio Costa manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)*

Pode falar, Hélio.

(*O senhor Deputado Federal Hélio Costa manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Por quê, Hélio?

(*O senhor Deputado Federal Hélio Costa manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Não, vão falar os dois proponentes.

(*O senhor Deputado Federal Hélio Costa manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Não, eu estou falando... Eu sei que tu não és demagogo.

(*O senhor Deputado Federal Hélio Costa manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Objetivo, exatamente. Tu és objetivo, eu sei.

(*O senhor Deputado Federal Hélio Costa manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Não, não quero que tenha demagogia política aqui de quem quer que seja, de funcionários, de Deputados ou de quem quer que seja, porque muitas vezes nesses eventos existe e eu insisto que eu não quero isso. Os Deputados vão falar depois do Presidente da Eletrosul e na sequência o representante dos funcionários, porque vão estar embasados no que eles disserem para fazer seus pronunciamentos.

Então, com a palavra a Deputada Estadual Luciane Carminatti.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** — Bom dia a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Tentarei ser muito objetiva. Nós instalamos a Frente Parlamentar em defesa da Eletrosul, no dia 2 de abril, quando começamos a levantar o tema aqui no Estado de Santa Catarina. Falamos com vários Deputados Federais, inclusive, na ocasião a Deputada Federal Carmen Zanotto coordenava a Frente Parlamentar e pedimos que fosse pautado. Quero aqui de público agradecer muito o Deputado Peninha por estar aqui conosco hoje, abrindo este debate, então, por iniciativa da bancada federal.

Quero dizer que a Eletrosul é a sexta maior empresa com sede em Santa Catarina, uma empresa pública importante para atuação em quatro Estados, só em SPEs, de 2003 a 2014, acumulou mais de R$ 5 bilhões, mais ou menos, o equivalente 5,5% do montante total que o Sistema Eletrobras investiu em termos gerais no País. Ela atua também em localidades com menor retorno econômico, então, aqui também entra o sistema solidário, ou seja, não é uma empresa privada que visa o lucro, mas, sim, uma empresa que tem uma função social fundamental na garantia do desenvolvimento econômico e, portanto, da geração de energia. Sua matriz é 100% limpa, hídrica, eólica, solar. Está entre as 500 maiores companhias do País em receita líquida. Em 2017, ficou em 194º lugar como maior empresa e está comparada as 50 maiores estatais, ocupando a 21ª posição. Então nós estamos falando aqui de uma grande companhia, uma grande empresa que tem esse viés solidário, público, de geração de energia e também de garantia de impostos para o nosso Estado.

Desde 2017 vem se discutindo a reestruturação de todo esse sistema. A CGTEE, que é uma companhia de geração térmica de energia elétrica, deve incorporar a Eletrosul. No entanto, em 2017, acumulou prejuízos de mais de R$ 1 bilhão e tem somente uma unidade de geração ativa em Candiota. Depois de vários atrasos nas obras, em 2011, começou a entregar energia nessa modalidade. Desde a sua criação, em 2005, ela não conseguiu cumprir os contratos firmados. Atualmente está parada por um processo de revisão.

A incorporação da Eletrosul à CGTEE, na nossa avaliação, é uma incorporação às avessas, a maior é incorporada a menor. É como se uma padaria incorporasse um *shopping center*. Não tem sentido algum o que está se propondo. E aí vêm várias perguntas que eu gostaria que o presidente da Eletrosul respondesse. Por que se optou por essa incorporação de uma menor para uma maior? Por que o parecer da Deloitte não foi tornado público ao Conselho de Administração? Nós não temos acesso a esse parecer feito por essa entidade, ou seja, o que tem de tão obscuro, que a sociedade não pode ter essas informações. Por que não a incorporação da CGTEE pela Eletrosul? Ela não poderia ser uma subsidiária da Eletrosul? Como fica a sede da Eletrosul? Santa Catarina vai permitir perder a sede da sexta maior empresa? Tem uma relação, também, de pertencimento, de nome, de identidade. São mais de 1.300 funcionários aqui em Santa Catarina, aliás, em todo sistema, mas aqui nesta grande região são 600 funcionários. A reestruturação visa a uma sinergia operacional, tributária, econômica, financeira e societária, é isso que a Eletrosul tem dito. Nós queremos saber o que significa isso na prática? Quanto vai se arrecadar de impostos em Santa Catarina? Quais são os benefícios? Quais são as renúncias? E por último quais os impostos que deixarão de ser pagos?

Quero dizer, como Deputada, que eu lamento muito que quem faz um bom trabalho, quem tem uma boa marca é prejudicado, e quem causa prejuízos aos cofres públicos leva a marca. Isso não pode acontecer!

Obrigada. (*Palmas efusivas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Com a palavra o Deputado Federal Carlos Chiodini, que dentro do Fórum foi quem apresentou requerimento pedindo esta audiência.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL CARLOS CHIODINI (SC)** — Bom dia a todos.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Atendendo à demanda do nosso Coordenador do Fórum, serei bem objetivo, até pela praticidade do tema, Deputado Peninha, Senador Jorginho. Foi muito bem exposto, Deputada Luciane Carminatti, o sentimento de pertencimento da Eletrosul para Santa Catarina. Santa Catarina é um Estado brasileiro que produz, gera dividendos, gera recursos e poucas coisas, Gilberto — acho que isso está até acima da questão, simplesmente, contábil —, ficam em Santa Catarina, uma delas é a presença da Eletrosul, que deixa um legado ao longo desses anos de prestação de serviço, de profissionais que ali trabalharam e que espalham o seu conhecimento para toda a nossa sociedade. [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

Nós fomos surpreendidos com a notícia da CGTEE incorporar a Eletrosul. E o que nos causou estranheza é justamente a questão de levar — discute-se também a parte tributária que vamos perder como Estado — Santa Catarina a perder a sede. É visível que a Eletrosul é mais negócio do que é a CGTEE. Se fosse para os senhores escolherem e fosse uma propriedade privada, qual vocês ficariam? A Eletrosul tem um *blend* de produtos que a torna uma empresa mais atraente e vai acabar incorporada por uma empresa que tem uma utilidade fim única, que é geração térmica, enquanto a Eletrosul trabalha na transmissão e na geração com várias formas de energias renováveis.

Então, nesse sentido, eu levei à bancada catarinense esse pedido em respeito a Santa Catarina para que nós mantenhamos a sede da Eletrosul aqui. Pode até haver alguma vantagem fiscal decorrente dessa operação, que também são créditos acumulados justamente do prejuízo operacional da CGTEE, porém que se faça essa operação se isso for vantajoso e comprovado, mas que a sede fique em Santa Catarina. Consultamos a Receita Federal, se nós não tivermos a oportunidade — Deputado Peninha, Senador Esperidião Amin, Senador Jorginho, o governo, que é proprietário da Eletrobras, da Eletrosul, da CGTEE, que faz a gestão do Executivo brasileiro — de falar com a Receita Federal e tirar essa dúvida... porque o consultor diz que tem que ser o contrário: a banana comer o macaco.

Dito isso, eu peço que haja essa sensibilidade, já foi percorrido um caminho, foi feita audiência pública, tivemos o presidente da Eletrobras, que é intransigente nesse sentido, fomos ao Ministro Bento, que ficou sabendo, até por nossa provocação, da operação de junção de ativos, porém nós não podemos deixar... e aqui nós temos um dever maior, os Deputados são os representantes da população de Santa Catarina, os Senadores do Território, e a presença de todos esses representantes nesta audiência pública e em todas outras que antecederam esta e em todas as outras que ainda terão, traduz por si próprio a importância desse tema, por respeito a Santa Catarina, por um Estado que não pode perder e, sim, deve ganhar mais atrativos para ser cada vez mais competitivo e dar o resultado que tem feito historicamente para o Brasil.

Deputado Peninha, obrigado pela oportunidade. Essa seria a contextualização em defesa de Santa Catarina. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Com a palavra o senhor diretor-presidente da Eletrobras Eletrosul, Gilberto Odilon Eggers.

**O SR. GILBERTO ODILON EGGERS** —Bom dia a todos. (*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Nós, a exemplo do que foi feito na segunda-feira, na Comissão de Minas e Energia, trouxemos uma apresentação, que para os membros da bancada federal talvez tenha alguns acréscimos. Peço que o tempo de cinco minutos seja um pouco estendido porque pretendo, durante o decorrer desse processo, dirimir algumas dúvidas.

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Claro. Esperamos inclusive que nos convença.

**O SR. GILBERTO ODILON EGGERS** — Temos conversado com os empregados e tenho certeza que muitas vezes nós trazemos algumas respostas e levantamos outras dúvidas, procuramos fazer esse processo transparente, e aproveito para deixar o cumprimento a todos os nossos colegas, cumprimentar de forma especial o diretor da CGTEE, o presidente que nos acompanha e toda a diretoria.

(*Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.*)

Aqui nós estamos trazendo um histórico desse processo. No primeiro momento do processo ocorreu a incorporação em 2014, dentro do planejamento estratégico do grupo Eletrobras feito para o período de 2015-2030, esse foi o primeiro movimento efetivo que aparece documentalmente no grupo Eletrobras.

Em março de 2017, com aprovação do PDNG, que é o Plano Diretor da Eletrobras, foi comunicado ao mercado por meio de um fato relevante esse processo de incorporação, de lá para cá foram desenvolvidos vários estudos. Iniciou-se com um estudo da Deloitte, que é uma das consultoras, na sequência foram feitos os pareceres administrativos.

Em setembro 2017, houve a aprovação do estudo feito pela Deloitte pelo Conselho de Administração da Eletrobras, parecer administrativo e parecer tributário. Em abril e junho de 2018, uma nota técnica estabeleceu as vantagens tributárias e econômicas da incorporação.

E, em dezembro de 2018, efetivamente, foram aprovados nos conselhos o início do processo de implantação dessa nova incorporação.

Aqui *(aponta para a imagem)* só trago de uma forma bem sucinta os dois pareceres administrativo e tributário. O parecer administrativo, elaborado pelo professor Gustavo Binenbojm, conclui da não necessidade de que os atos de incorporação são apenas necessários em si mesmo na própria Eletrobras, não havia necessidade de um ato legislativo. E o parecer emitido em 22/06/2018, pelo o advogado Paulo de Barros Carvalho, trata da análise da licitude e viabilidade do processo de incorporação e os efeitos tributários. Ele atesta a viabilidade da operação de incorporação e faz algumas recomendações que estão sendo seguidas.

Aqui *(aponta para a imagem)*, de uma forma bem geral, acredito que em Santa Catarina, principalmente os empregados, nós não temos necessidade de entrar muito fortemente... Nós trouxemos dois grupos comparáveis: o que é principalmente o fator geração da CGTEE, e o que é o fator geração da Eletrosul. Estamos falando de uma garantia física de 262 megawatts da nova usina térmica do Rio Grande do Sul, da CGTEE; e hoje temos uma garantia de 247 megawatts da Eletrosul. A nova empresa CGT Eletrosul terá uma soma de 509 megawatts.

Aí temos os recursos totais e as potências instaladas, as receitas oriundas de cada um dos desses contratos e, obviamente, tem toda a base de transmissão que não está sendo comparado aqui, mas que hoje é 65% da receita da Eletrosul.

Aqui (*Mostra na imagem*) vou me de ter um pouco mais, falando sobre a Eletrosul, eu vou acrescer algumas informações adicionais que muitas vezes acabam não sendo de conhecimento geral das pessoas aqui em Santa Catarina e da área de atuação. A Eletrosul veio a partir do momento da privatização, da segregação, da transmissão da geração com a privatização da geração, ela ficou muitos anos fora do processo de geração. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

Na década passada, início dos anos 2000, a Eletrosul voltou a ser uma agente porque poderia voltar a fazer geração, foi ao mercado e expandiu, principalmente, na geração eólica, um grande projeto de implantação.

Em 2014 nós fomos também ­— ao que nós chamamos de lote A — disputar um leilão de transmissão e vencemos dois lotes, lote A e lote E. E vocês devem ter percebido as notícias que ocorreram durante esse processo, em que nós, da Eletrosul, devemos ter comemorado muito a obtenção. Só que o mundo econômico mudou muito a partir de 2015.

Eu vou colocar isso de uma forma muito rápida. O nosso nível de endividamento para a expansão foi muito alto, os empreendimentos acabaram não dando o retorno esperado, e nós ficamos com um desafio muito grande de implantar dois grandes investimentos, o lote A na casa de R$ 3,5 bilhões, o lote E em R$ 250 milhões.

Em 2015 o Banco Central emitiu um normativo estabelecendo princípios de financiabilidade pelo BNDES, em que o grupo Eletrobras, especificamente a Eletrosul, ficou impedido de acessar créditos no BNDES. Como ela não conseguiu acessar ao crédito em 2015, ela tomou a iniciativa de buscar parceiros para transferir esse lote. Isso nós fizemos durante um longo período, continuamos fazendo licenciamento ambiental de ambos empreendimentos, investimos um valor significativo, muito pequeno perante o total, mas isso provocou depois de um longo processo de três chamadas públicas para o lote A, cinco chamadas públicas para o lote E, no lote A teve a declaração da caducidade, e no lote E há 15 dias nós conseguimos um plano transferência, em que vamos ter grandes imputações, pois vamos recuperar o valor investido.

Com a aplicação dessa caducidade, nós estamos sendo multados pelo regulador numa grandeza de R$ 300 milhões, estamos fazendo todo um processo de discussão. Então, esse é um aspecto que é muito desafiador para Eletrosul, estivemos ainda reunidos na quinta-feira com o diretor-relator apresentando novos argumentos para tentar demovê-lo dessa questão da multa, pelo mínimo da quantificação dessa multa.

Paralelamente a isso, como eu falei há pouco, nós tínhamos um grande endividamento. O que nós tomamos como opção para fazer frente ao endividamento? Fazer a transferência de grande parte das nossas SPEs, (Sociedade de Propósito Específico), que foram construídas nos últimos anos. Para vocês terem uma ordem de grandeza, no ano de 2016 nós tivemos uma geração de caixa de R$ 600 milhões, o serviço da dívida foi R$ 700 milhões — estou falando em ordem de grandeza, um foi R$ 610 milhões, outro é R$ 705 milhões, mas em ordem de grandeza —, isso significa o seguinte: para que nós pudéssemos pagar a nossa dívida sem fazer nenhum investimento, sem nenhum dividendo ou acionista, nós tivemos que ir aos bancos buscar o dinheiro para pagar os próprios bancos. Se esse modelo fosse repetido, e é isso que foi analisado em 2017 quando se tomou a decisão de que a perpetuação desse modelo levaria a condição da Eletrosul a uma situação de extrema dificuldade de sobrevivência.

Então, associado aos investimentos do lote A, que nós ainda não tínhamos a decisão do que ocorreria, [tivemos] esse nível de endividamento. Tomamos a decisão, fizemos a transferência de grande parte dos ativos de geração, e no ano passado a nossa geração de caixa foi R$ 700 milhões e o serviço da dívida foi de R$ 300 milhões. Voltamos a ter, apesar de termos entregue vários dos nossos ativos, uma situação de equilíbrio econômico.

Como eu comento lá com os empregados, parece que as coisas negativas não acontecem de forma isolada. Com a publicação da Nota Técnica, que trata da revisão tarifária do nosso principal contrato, que é o Contrato nº 057, estabeleceu uma condição de perda tarifária de 52% desse contrato. Nós nesse contrato temos uma receita, em ordem de grandeza novamente, de R$ 600 milhões, e iríamos perder, a partir de julho de 2018, R$ 300 milhões. Isso significaria que perderíamos 25% da nossa receita total.

Se vocês fizerem a conta do exercício que nós fizemos no exemplo anterior em que nós tínhamos um serviço de dívida de R$ 700 milhões para uma geração R$ 600 milhões, transferimos ativos. Ano passado voltamos a ter uma geração positiva de R$ 700 milhões para R$ 300 milhões, a perda dessa receita faria com que nós voltássemos numa condição de não ter geração de caixa suficiente para as nossas dívidas. A transferência, na sequência de novos ativos, acaba comprometendo ainda mais a nossa possibilidade de sobrevivência.

Além disso, acho que outro ponto que nós devemos destacar é com relação à Medida Provisória nº 579, em que nós estivermos um forte impacto no GSF. E esse GSF faz com que nós, como sócios, principalmente dos empreendimentos do Jirau e Teles Pires, tenhamos uma necessidade de aporte anual, apesar de essa Usina estar em implantação há três anos. E nós estamos ainda para fazer frente a esse efeito negativo da garantia do GSF temos ainda que fazer aporte do que está absorvendo também a nossa capacidade.

Trago aqui um gráfico (*Mostra a imagem.*) da nossa dívida bruta e da nossa margem do Ebitda/dívida, quer dizer, quanto tempo eu preciso ter de geração de caixa para pagar minha dívida total. Chegou a R$ 8 milhões em 2014; em abril de 2017, nós atingimos R$ 6,8 milhões quando atingimos nosso maior endividamento de R$ 4,8 bilhões de dívida bruta.

Os bancos, a partir do Índice 3, começaram a dificultar o financiamento e, quando fazem o financiamento, as taxas são muito elevadas. Normalmente empresas privadas quando chegam a esse patamar de R$ 8 milhões, R$ 9 milhões elas têm dificuldade de se manter ativas. Então, isso é algo que estava chegando numa proporção muito grave. Com a transferência dos ativos, a nossa dívida caiu, para 2017, na grandeza de R$ 2,2 bilhões, e esse indicador fechou ano passado a R$ 3,1 milhões. Então voltamos a uma situação de sustentabilidade. Mas com a ameaça da perda da receita, só vou me referir novamente a isso, nós fizemos uma contribuição para a Aneel e ela aceitou que essa aplicação fosse de uma forma parcial ano a ano até completar no ano de 2022, que estaria integralizando os R$ 300 milhões de receita.

Na conversa que nós temos feito com os colegas, com os empregados, hoje não vemos como alternativa a manutenção de corte de despesas a exemplo do que estamos fazendo nos últimos três anos, quatro anos. E o corpo funcional, como vocês citaram da Eletrosul, é extraordinário, ele tem dado respostas significativas. Hoje nós gastamos menos MSO (Material, Serviços e Outros), que nós gastávamos há quatro anos em valor nominal, isso considerando que nós estamos nesse período com uma inflação superior a 20%.

Para chegar a patamares de ser uma empresa saudável, com investimento, só existe uma forma, é a que nós estamos fazendo: por meio do aumento de receita. É dessa forma que, possivelmente, a Eletrobras, quando analisou isso em 2017 enxergou a solução da unificação das atividades no Sul do País como uma alternativa de incremento de receita.

Aqui eu trago muito rapidamente (*aponta para a imagem*), vou trazer isso aqui também da CGTEE, o histórico dos resultados e a projeção dos planos de negócios, dos resultados para os anos seguintes. [*Transcrição: Ana Clara Mota/Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Ressalto aqui que esses R$ 1,1 bilhão é fruto de um reconhecimento da indenização de R$ 1,53 bilhão. Se nós fossemos tirar esse reconhecimento contábil naquele ano, o nosso resultado teria sido em torno de R$ 50 milhões, R$ 100 milhões, em 2016 também.

Um pouco de CGTEE agora. Historicamente a CGTEE, como já foi dito, foi sempre uma usina que não operou adequadamente. Aqui nós temos um histórico — depois eu trago de 2012 para cá — de prejuízos consecutivos, um baixo índice de disponibilidade, o índice de ineficiência dela é muito abaixo do potencial. Então ela gerou 1966, 1965, 1954, e nos anos anteriores. A dívida foi tomando proporções significativas. Ela chegou, nesse momento aqui (*aponta para a imagem*), a estar em R$ 3.5 bilhões [negativo] em caixa, junto, R$ 4 bilhões de reais negativos.

O que a Eletrobrás tomou como decisão, lá em 2017? Fazer o saneamento dessa dívida, reconhecer que toda essa dívida era uma dívida com a própria Eletrobrás, ou seja, a CGTEE devia para a Eletrobrás. Fez o saneamento através da capitalização, que está sendo aprovada e será feita junto na assembleia em que se dará a incorporação. Tomou a decisão de fazer o *overall,* que é uma reforma geral da Usina Candiota. Essa reforma geral ocorreu de dezembro a março. E hoje ela fez os testes de *performance* em 360 megawatts, ela esta operando na faixa, chegou na semana passada, de 320 megawatts de geração, dentro de uma garantia que nós temos de 260 megawatts.

 Aqui (*aponta para a imagem*) também um pouco o histórico do resultado passado dela. No ano passado ela já operou novamente com lucro e para os anos seguintes ela tem uma projeção de lucro.

Então, da mesma forma como foi feito o saneamento da Eletrosul, foi feito o saneamento da CGTEE. Eles tiveram um grande processo de diminuição de quadro de pessoal, a exemplo do que nós tivemos, na frente eu vou trazer um pouco mais os números.

Trago aqui um gráfico (*aponta para imagem*) da questão da projeção do lucro contábil nos próximos anos com o processo de incorporação, e aqui o resultado que efetivamente vai ocorrer, junto com o aproveitamento fiscal. A geração de caixa, um incremento de 14% do caixa. A soma das duas fica com 14% de geração de caixa a mais do que se elas trabalharem de forma separada.

Temo aqui (*aponta para a imagem*) a questão dos tributos. Os tributos serão recolhidos na mesma base em que são recolhidos atualmente, não tem inversão nenhuma.

Aqui, outro detalhe que é importante, nós tínhamos, em 2015, 1.312 [eletrotécnicos], contratamos em torno de 40 eletrotécnicos, no ano de 2016, e hoje estamos operando com 1.118 empregados, dos quais temos ainda 47 que estão se desligando, neste ano, através do nosso Plano de Demissão Consensual (PDC).

A CGTEE também tinha 621 empregados e está com 346 empregados. A redução de 24% está aderente à outra estratégia que o grupo Eletrobras está fazendo de criação dos Centros de Serviços Compartilhados que são —­ dentro das suas áreas de atuação —: Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, ter a unificação de oito grandes processos administrativos feitos em um determinado local. Desde meados do ano passado, nós já centralizamos aqui em Florianópolis as atividades do Rio Grande do Sul, da CGTEE e da Eletrosul. Então, hoje o Centro de Serviço Compartilhado (CSC) já está trabalhando unificado aqui com todas as atividades.

Aqui são as atividades (*aponta para a imagem*). No caso da Eletrosul e da CGTEE nós tínhamos em torno de 275 empregados que trabalhavam nesses macroprocessos. Passaram... Com a unificação do processo, no dimensionamento foram dimensionadas 209 pessoas, e hoje seguramente nós já estamos trabalhando com um número menor. Temos aqui várias outras observações de cada um dos ganhos que se terá com essa unificação.

 Trazemos aqui (*aponta para a imagem*) também alguns outros pontos de ganho nas outras dimensões. Na questão operacional, a integração dos sistemas é algo forte. A Eletrosul tem uma capacidade técnica de operação automatizada. Isso é algo que melhora significativamente. A questão logística com a junção do Centro de Serviço Compartilhado, isso vai oferecer essa condição. Na questão da gestão nós temos a mudança de um Conselho a menos, uma assembleia geral a menos, uma diretoria a menos. Eu vou trazer os números de diminuição de estruturas gerenciais de diretoria.

O fato dos ativos de você ter uma base maior de energia, isso facilita muito a programação da comercialização, o que está se tornando cada vez mais importante para empresas que atuam como geração.  Então você pega uma variação maior de fontes de geração, passando a ter uma geração térmica. Ela permite uma gestão muito mais adequada.

E aí (*mostra a imagem*) a questão dos ganhos econômicos, o aumento de geração de caixa, aumento do lucro líquido, aumento da receita e a própria redução de custos.

Aqui tem alguns pontos que são muito sensíveis a todos nós. A questão da marca. A Eletrosul é uma marca que a todos nos orgulha. É uma marca que se tornou viva aqui em Santa Catarina e em todo o Sul do país. Acho que aqui em Florianópolis, talvez pela sede estar sempre aqui, nós temos essa dimensão importante. E o que se procurou fazer na nova marca? Aglutinação das duas marcas para prevalecer e manter forte a identidade da Eletrosul e também da CGTEE, que é lá no Rio Grande do Sul. Então, se procurou fazer essa junção de marcas, respeitando a particularidade e valorizando também a marca Eletrosul.

Uma preocupação que é muito forte, muito corrente, nos empregados é: o que vai acontecer comigo no dia de amanhã? Principalmente porque a matriz, a sede deixará de ser aqui em Florianópolis e passará a ser em Candiota, no Rio Grande do Sul.

Algo que foi dito também lá na Câmara dos Deputados, na Comissão de Minas e Energia — e que talvez muitas pessoas... óbvio o pessoal da Eletrosul todos sabem disso — que a matriz, a sede da Eletrobras, é em Brasília. Mas o escritório central, com seus 700 empregados é no Rio. Lá em Brasília tem provavelmente 14 pessoas, 18 pessoas no máximo, e toda a atividade, apesar da matriz ser em Brasília, ela continua. Existem vários outros exemplos de empresas estatais federais em que a sede é em Brasília e o escritório central, que assim é denominado, é em outra atuação.

É dessa forma que a Eletrobras decidiu trabalhar. Inclusive na justificação de laudo de incorporação, que de certa forma é a bíblia da incorporação. A Eletrobras, o presidente Wilson, nos autorizou a colocar a garantia de permanência do escritório central aqui em Florianópolis. E aí, por consequência, todos os empregados, sem exceção, que trabalham aqui em Florianópolis no presente, no futuro permanecerão aqui em Florianópolis. O que ainda existirá são algumas pessoas que trabalham na filial de Porto Alegre da CGTEE, que estarão no processo de incorporação quando for constituída a diretoria de geração da nossa empresa aqui, virão aqui para Florianópolis. Então os diretores todos, toda a estrutura administrativa permanecerá aqui. Essa é uma situação que causa um pouco de incerteza, mas foi construída em toda a documentação de incorporação essa garantia.

Outro ponto que se levanta fortemente é a questão dos tributos. E a nossa área financeira, a diretoria financeira, fez os estudos. Na semana passada fizeram contato com a Secretaria da Fazenda, com a Receita Federal, para tentar identificar de onde surgiu essa possibilidade de perda da movimentação econômica. E por toda a orientação, e toda a documentação que o nosso pessoal analisou, não muda absolutamente nada com essa situação, nem a questão da movimentação econômica do Estado de Santa Catarina, nem a arrecadação dos impostos, porque os impostos são a partir de onde eles já existem, essa condição não será alterada. Então, é algo que fica muito difícil de dimensionar de onde surgiu essa preocupação, mas ela existe.

A nossa área financeira tentou investigar e os critérios de fundo de participação são outros, eles não são a arrecadação direta. Talvez ocorresse se, na hipótese da insegurança dos empregados, os empregados movimentassem. Ai sim a renda *per capita* poderia ter algum impacto e isso afetaria, mas seria na casa decimal, então nós não vemos o porquê isso surgiu.

A mudança da localização da sede nós já comentamos. E aí (*aponta para a imagem*) só uma observação adicional de que a reforma geral feita em Candiota teve um sucesso muito grande e tem ainda outras medidas que estão sendo tomadas para que nós não tenhamos a repetição de problemas que foram recorrentes no passado.

Aqui o que nós vínhamos conversando: ganhos de gestão da incorporação. Hoje a CGTEE é uma empresa com três diretorias, a Eletrosul com cinco. A nova empresa CGTEE-Eletrosul terá seis diretorias. Teremos aí a redução de duas diretorias. Departamentos e divisões — não vou fazer a conta aqui — vamos ter uma redução de sete departamentos e dezessete divisões. E a questão da imagem, a preocupação de manutenção das marcas CGTEE e Eletrosul para potencializá-las no mercado.

E aqui (*aponta para a imagem*) uma observação final, alguns pontos de destaque: eu tenho aí um aumento de geração de caixa de 14%; aumento da capacidade de investimento em torno de 68% da geração de caixa; aumento do lucro líquido em torno de 24%; a comercialização integrada; a otimização de processos; a redução dos custos em mais de 20%; a questão já falada de diversificação dos negócios, e aí, com certeza, melhor acesso a financiamento.

Tentei, de forma muito objetiva, passar a quantidade de informações. Na sequência, se assim for necessário, a gente dará outras respostas.

Obrigado. (*Palmas e vaias da plenária.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) — Pessoal**, vamos respeitar todos os expositores.

 Convido para fazer parte da mesa a senhora Deputada Federal Carmen Zanotto, ex-Coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense.

Com a palavra o senhor coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região, Eduardo Clasen Back.

**O SR. EDUARDO CLASEN BACK —** Boa noite colegas, boa noite amigos trabalhadores... Boa noite não, bom dia. Desculpa, está escuro (*ri)*. Porque às vezes a gente escuta demais, acaba dando um pouco de sono, mas enfim...

Gostaria de agradecer a presença de todos. Gostaria de agradecer também a direção da empresa por ter atendido ao pedido da Intersul de liberar o ponto dos trabalhadores. Eu acho que era a única atitude a ser tomada diante dessa situação. A gente que vem nesse processo, dessa briga da incorporação, já há quase um ano, da falta de informações, da falta de esclarecimentos. A gente que vem, enquanto sindicato... E o Sinergia que tem uma ação também, é acionista minoritário, vem sendo durante todo esse processo desrespeitado pela direção da Eletrosul, pela direção da Eletrobras, pelo não fornecimento das informações. Então nada mais justo, neste momento em que se apresenta, a oportunidade de esclarecimento em uma audiência pública, não apenas para os trabalhadores, mas para toda a sociedade catarinense, que os principais impactados estejam aqui e possam ouvir as explicações.

Só um aviso paroquial pessoal, quem não assinou a lista de presença é importante que assine, porque a gente também não sabe ... A gente vem sofrendo tantos ataques da direção da Eletrobras, da direção da Eletrosul, é importante que a gente tenha o registro de todos aqui presentes, para que não sofram descontos no seu salário no final do mês, como tem sido o costume, nas faltas. Eles têm sido tão duros, tão cândidos na hora de falar dos benefícios, dos supostos benefícios, e tão duros na hora da relação com os trabalhadores. Então é importante que assinem a lista de presença.

Agradeço aqui as presenças de todos os Deputados e Deputadas, Federais e Estaduais; todos os Senadores, do Deputado Peninha e na sua pessoa o empenho do Fórum Parlamentar; do Deputado Pedro Uczai, que tem ajudado a gente desde 2016, quando se anunciou a intenção de privatizar a Eletrobras e também como Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Eletrosul na Câmara; da Deputada Luciane Carminattii, coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Eletrosul, da Alesc,  muito por conta dessa questão da CGTEE. E agradeço, mais uma vez, a todos os Deputados por terem escutado a nossa voz, terem escutado os nossos apelos e estarem se engajando nessa luta pela manutenção da Eletrosul, da existência da Eletrosul.

A gente traz, a gente que... Nós que somos dirigentes sindicais mais novos, mas a gente escuta toda a história do movimento sindical e da organização dos trabalhadores da Eletrosul e da Celesc, também, o lamento de que nos anos 1990... Porque a Eletrosul — é importante resgatar isso — hoje era para ser uma empresa muito maior do que ela é. Ela conseguiu se reerguer, mas era para ser uma empresa muito maior, e só não é porque nos anos 1990 a gente teve processo de privatização, onde todo o parque de geração da Eletrosul foi privatizado e virou a Engie. E o lamento que se tem daquela época é que a classe política de Santa Catarina não se uniu na defesa da Eletrosul.

Então a gente agradece e fica muito feliz de ver toda essa representação política de todos os espectros do pensamento político do Estado na defesa da manutenção da Eletrosul, porque a primeira batalha que a gente tem é a questão de continuar tendo a Eletrosul, ela existido ainda. Mas a gente sabe que logo ali na frente já se tem uma luta muito maior, que é a questão da privatização da Eletrobras e a privatização consequente da Eletrosul.

E por que eu trago isso? Porque para nós, enquanto trabalhadores, está muito claro que a intenção... que esse processo de incorporação da Eletrosul pela CGTEE e a consequente extinção da Eletrosul, já é para preparar o campo, já é para preparar o cenário para a privatização, para facilitar a privatização da Eletrobras, para facilitar a privatização da Eletrosul — que seria CGTEE-Eletrosul, nem mais Eletrosul. Porque no processo de privatização a primeira coisa que se faz é tentar acabar com a história da empresa, tentar cortar todas as raízes sociais que ela tem, todos os vínculos sociais nos locais, nas cidades, nos Estados, para ela perder a identidade, perder a conexão com a sociedade. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

E a gente também traz essa questão da privatização, porque a gente sabe que aqui na mesa tem todos os espectros políticos representados, alguns que até defendem a privatização de empresas públicas. Mas é importante que fique registrado aqui que o discurso que é feito e as colocações que são feitas para defender a privatização de empresas públicas não se aplicam para a Eletrosul.

A Eletrosul é uma empresa eficiente, é uma empresa superavitária, ela é uma empresa lucrativa. Você pode pegar o histórico de operação da Eletrobras em relação ao governo federal, ela nunca teve... O saldo é positivo de entrega de dividendos para a União. Ela não depende, nunca dependeu de aportes do governo federal para se manter; é uma empresa que não sofre com corrupção, porque já recebeu diversos prêmios ao longo dos últimos quinze anos, de transparência, eficiência operacional, eficiência de gestão. Não temos cargos comissionados, está aqui até a própria direção da empresa, que são todos funcionários de carreira da empresa. O próprio presidente da Eletrosul, não é funcionário da Eletrosul, mas é um funcionário de carreira da Celesc. Enfim, o discurso de privatização para a Eletrosul não funciona, não serve. A Eletrosul é uma empresa pública, eficiente, lucrativa para a sociedade e que presta um serviço de excelência para todo o Estado, para toda a região Sul e para todo o País.

Feita essa pequena introdução, eu quero entrar agora na questão da incorporação da CGTEE, porque a nossa grande briga é justamente a falta de informações. E as informações que vêm a público são informações genéricas, geralmente. Não se têm dados, apesar de se falar que tem um estudo, os dados não são apresentados. Fala-se: a argumentação. E os objetivos da incorporação seriam para obter sinergia operacional, tributária, administrativa, que traria recursos. A gente quer saber de quanto? Quando a gente fala em sinergia operacional, isso é um neologismo para dizer que é redução de quadro. Como é que você tem sinergia melhor na operação se não for com redução do quadro de pessoas. E a gente quer saber: vai ter demissão ou não vai ter demissão? Dizem que não vai ter. Mas então se não tem demissão, que ganho é esse que tem? Que ganho financeiro é esse que tem? Ganhos tributários, quanto? Estamos falando de quanto? Por parte da empresa, a empresa vai deixar de pagar quanto em impostos? Mas, também, para o Poder Público quanto que vai deixar de receber?

A questão dos ganhos também é muito questionável, muito questionável, porque a Eletrosul, desde 2004, quando ela teve direito de voltar a gerar [energia] — e se tornou uma empresa pujante, novamente — ela se tornou, se notabilizou, investiu muito para construir a imagem de uma empresa de geração limpa, o que agora está sendo jogado fora com a incorporação da CGTEE, porque você está trazendo para essa empresa resultante uma geradora térmica a carvão.

O presidente da Eletrobrás que gosta muito de elogiar as empresas privadas, pela sua eficiência, pelo seu posicionamento, pelo seu avanço nas posições. Ele elogia muito, inclusive, a própria Engie. Pois bem, a Engie está abrindo mão, está saindo de todas as suas participações em geração térmica, seja a gás, seja a carvão. E a Eletrobras está fazendo o movimento contrário. Ela está pegando uma empresa que é reconhecida, nacional e internacionalmente, por ser uma empresa de geração limpa e está colocando geração a carvão, sujando a matriz da Eletrosul. Inclusive, essa posição não é mero *marketing*. A Eletrosul teve acesso a linhas de crédito específicas internacionais por ser uma empresa de geração limpa, que vai perder. A partir do momento que a Eletrosul passa a ter geração térmica na sua planta, ela perde acesso a esses financiamentos.

A gente aqui, como trabalhadores, não se trata de ser contra, por ser contra a unificação das atividades. Ela pode ter seus benefícios, mas a grande dúvida é por que o caminho de incorporação da Eletrosul pela CGTEE? Porque não fazer o processo mais lógico, mais natural, mais fácil burocraticamente, que seria a incorporação da CGTEE pela Eletrosul. Porque uma argumentação que se faz é que a Eletrosul... A empresa resultante vai ser eficiente, vai ter lucro, o lucro vai aumentar. Bom, se o lucro vai aumentar, pressupõe-se que a CGTEE vai ter lucro. Então, se a CGTEE a partir da sua reforma passa a ter lucro, ela por conta própria, poderia usar os tais dos créditos tributários sem necessidade de envolver a Eletrosul. E esses créditos tributários, inclusive, vão ser usados, se forem usados, ao longo de anos, diversos anos. Não é de uso imediato esses R$ 1,5 bilhões, que está posto, que não chega a R$ 1,5 bilhão, mas não é imediato. Não é R$ 1,5 bilhão que vai entrar de uma vez só. É ao longo do tempo, conforme a empresa vai dando lucro. Isso seria coisa para dez anos, quinze anos, para se usar.

Então, se de fato a operação da CGTEE vai se tornar eficiente depois, e, desde sempre, nunca foi eficiente, sempre foi deficitária, sempre deu prejuízos, destruindo valores. E a partir de agora estão dizendo que vai dar lucro. Então, por que não deixar ela lá dando lucro com geração térmica e deixar a Eletrosul aqui como empresa de geração limpa?

Eles dizem: Não, mas a gente tem que resolver o problema da Eletrosul, porque a Eletrosul teve problemas financeiros, ela estava em nível de endividamento muito alto. Mas o curioso é que não dizem o porquê da falta de capacidade de investimento. Um dado que trazem e gostam, inclusive, de colocar a pecha de ineficiência na Eletrosul, de que ela não tinha mais capacidade financeira para fazer o lote A. O lote A — só para os senhores Deputados e as senhoras Deputadas terem noção — ele ia aumentar e já até prevendo essa revisão tarifária que a Eletrosul teria de redução de margem de receita, o lote A traria mais de 50% no aumento da capacidade da Eletrosul e 50% a mais de receita para a Eletrosul. E foi feito um modelo de negócio, que foi aprovado pela Annel, pelo Ministério de Minas, pela própria Eletrobras, onde estava previsto um investimento de quase R$ 4 bilhões. Tinha lá, um bilhão e pouco do BNDES, um bilhão e pouco vindo da Eletrobras, e mais o restante com recursos próprios da Eletrobras.

Pois bem, a direção que assumiu em 2016 — quem esta lá até hoje é o senhor Wilson Pinto Ferreira Júnior — decidiu que o dinheiro da Eletrobras não viria. E aí, claro, obviamente, a Eletrosul perdeu capacidade de fazer o projeto, porque a Eletrobras descumpriu o acordo que tinha com a Eletrosul e não forneceu os recursos.

O que a gente quer dizer é o seguinte: que os problemas financeiros da Eletrosul foram gerados pela Eletrobras. Se a Eletrosul tem problemas financeiros, tem por culpa da Eletrobras, que não honrou com os acordos que tinha com a empresa de financiamento para a Eletrosul poder fazer os financiamentos.

E aí a gente traz a questão da justificativa para a incorporação. Porque dizem que a Eletrosul... até agradeço o presidente Eggers pela própria empresa dizer isso, que a Eletrobras, diante daquele quadro desastroso que é a CGTEE, de déficits bilionários anuais, resolveu sanear a empresa. Resolveu quitar todas as dívidas da CGTEE, sem nenhuma contrapartida, no amor. Então, a CGTEE, que tem um patrimônio negativo de R$ 4 bilhões, está sendo saneada para poder incorporar a Eletrosul. Mas, essa mesma direção que está fazendo isso hoje, por que não fez isso no ano passado, ano retrasado com a Eletrosul? Por que obrigou a Eletrosul a se desfazer de ativos, a pagar uma dívida de R$ 2 bilhões, com a Eletrobras, entregando ativos. Esses ativos que agora fazem falta na receita da Eletrosul, na inviabilização da Eletrosul.

Por isso a gente afirma que o processo de inviabilização financeira da Eletrosul é culpa da direção da Eletrobras, que aparentemente tem uma intenção clara de extinguir a Eletrosul, de extinguir a história da Eletrosul, essa empresa que tem cinquenta anos, que tem raízes sociais aqui em Santa Catarina, aqui no Sul, para facilitar o processo de privatização. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Então, o presidente mostrou ali a questão do nome da empresa, que já está anunciado que vai se chamar Eletrobrás CGTEE Eletrosul. Aí eu lembro dos processos de incorporações que a gente teve na história deste país, do Unibanco, que virou Itaú Unibanco. E hoje é o quê? Itaú. O nosso Besc, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, que virou Banco do Brasil/Besc. Hoje o que tem? Banco do Brasil. O Bamerindus, que virou HSBC Bamerindus. E o que tem hoje? HSBC.

Eles estão nos propondo CGTEE Eletrosul. Daqui a um ano, dois, três anos, o que vai ficar? Vai ficar Eletrosul ou vai ficar CGTEE? Vai ficar CGTEE. O que eles querem é extinguir a Eletrosul, acabar com a sua história de sucesso, tirar, arrancar todas as raízes que esta empresa tem com a sociedade catarinense, com a sociedade sul-brasileira, para facilitar o processo de privatização. E nós, enquanto trabalhadores, fazemos aqui um apelo a todos os Deputados e Senadores para que não permitam que esse processo aconteça. Se é interessante um processo de unificação das operações, que seja pela maneira mais lógica, a Eletrosul incorporando; que essa CGTEE seja um departamento, que é o tamanho que ela tem, um departamento da Eletrosul.

E que a gente possa ter a garantia de que os trabalhadores não sejam lesados, que tenham os seus direitos garantidos e que possam construir, porque esses cinquenta anos de história não foram construídos pela direção das empresas, eles são fruto do trabalho de cada um e de cada uma que está aqui dentro desse auditório e dos que estão nos locais. Isso não pode ser tirado de nós, não podem apagar a nossa história e apagar o resultado do esforço do nosso trabalho.

Então, contamos com vocês e esperamos poder manter a Eletrosul pública, manter a Eletrosul existindo, num primeiro momento, forte, pública e eficiente, como sempre foi; e num segundo momento, a gente evitar a privatização da Eletrobras.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça)** — Convidamos a fazer parte da mesa o Deputado Estadual Jerry Comper.

Na sequência, nós vamos ouvir os dois Senadores. No início, o Senador Jorginho Mello; e depois, o Senador Esperidião Amin.

Ao final das falas, o Senador Esperidião Amin irá sugerir um encaminhamento, é uma ideia que ele tem e que já me falou.

Passo a palavra ao Senador Jorginho Mello.

**O SR. SENADOR JORGINHO MELLO (SC)** — Bom dia.

(*Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.*)

Nós estivemos há poucos dias numa audiência no Fórum, com o Almirante Bento, sobre esse assunto que nós estamos tratando aqui. Teve uma participação de cada Deputado, de cada Senador, demonstrando a ele a nossa preocupação. Aqui estamos, não vai terminar essa conversa hoje, podem ter certeza absoluta. Eu dizia para o Eduardo que tudo aquilo que ele falou nós comentávamos um pouquinho, sobre bancos e sobre outras empresas. Já está ajeitado ali, já está arrumadinho para a Eletrosul desaparecer.

Eu não tenho dúvida de que, se dependesse de mim — e me desculpe o presidente, o dirigente da CGTEE —, se ela está mal das pernas, fecha, liquida, porque empresa incompetente, empresa... (*palmas*). O que o governo devia fazer era liquidar, até porque serve de alerta para todas as empresas públicas. Quem não tem competência não pode existir, fecha.

Com todo respeito a essa empresa de carvão, enfim, nós, de Santa Catarina, há muito tempo somos penalizados, por a gente ser competente. Se sobrar alguma coisa em Brasília, ninguém vai lembrar de Santa Catarina, porque eles acham que Santa Catarina não precisa de nada. Aqui o povo é bonito, o povo é trabalhador, o povo faz os deveres de casa. E nós precisamos de muitas coisas do governo federal. E quando não ajudam, ainda querem atrapalhar.

Então, com todo respeito à Eletrobras, energia nós precisamos preservar, isso é um patrimônio, isso é estratégico. Agora, tem tanta coisa importante para fazer no Brasil que nós precisamos ajudar a fazer, do que ficar perdendo tempo com uma empresinha lá do quinto dos infernos do Rio Grande do Sul para vir incorporar aqui. (*Palmas.*)

Eu quero dizer para todos vocês, de forma muito respeitosa com os gaúchos, muito respeitosa com os gaúchos. Eles vêm para cá no verão, eu tenho muitos amigos lá, muitos ficam para cá, nem voltam, de tão bom que é aqui.

Então, para finalizar, eu não vim aqui para fazer polêmica e nem espichar a conversa. É uma conversa ruim! A Eletrosul precisa ser preservada, e se depender do Senador Jorginho Mello, será preservada e essa empresinha de fundo de quintal tem que ser ... (*Falha na gravação.*) (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Na sequência, o Senador Esperidião Amin.

**O SR. SENADOR ESPERIDIÃO AMIN (SC)** — Bom dia para todos.

Eu quero cumprimentar a todos os integrantes da mesa e dizer que participo com muito senso de dever desta reunião.

O Jorginho não falou tudo. Os bons gaúchos ficaram aqui, Jorginho, inclusive o teu pessoal!

Eu recebi, semana passada, algumas informações novas de uma servidora, que está aqui presente e que tem um nome emblemático quanto a sua origem, é do Rio Grande do Sul, e tomou o partido da razão, tomou o partido do sentido da racionalidade que eu acho que nós temos que imprimir neste momento.

Se fosse falar sobre emoção, eu queria dizer para vocês o seguinte: eu era Prefeito de Florianópolis quando, em 1976, celebramos a vinda da Eletrosul para Santa Catarina. Isso teve um impacto na sociedade catarinense extraordinário. A Eletrosul cheia, geração, transmissão, capital pleno, saiu do Rio de Janeiro e veio se instalar em Santa Catarina. O Governador do Estado era o Antônio Carlos Konder Reis, e eu mal tinha assumido a Prefeitura de Florianópolis.

Eu não vou descrever o que isso representou, mas nós, os manés, inventamos um substantivo, um qualificativo para essa onda migratória extraordinária. As pessoas, os funcionários passaram a se chamar, em Florianópolis os “eletrosuis”, com um impacto muito positivo na vida social, na vida econômica, na educação, especialmente no Ensino Superior, no curso de Engenharia. Eu tinha entrado nos quadros da Universidade Federal de Santa Catarina em 1975. Portanto, foi tudo nessa época, inclusive, no carnaval. E, particularmente no carnaval, foi um processo de enriquecimento cultural para a cidade e para o Estado. Foi uma conquista política, prestem atenção nessa expressão: política. Eu não vou discutir, mesmo sendo de formação na Administração, e a minha última disciplina na Universidade Federal de Santa Catarina foi Empreendimentos e Modelos de Negociação. Bem pertinente, né?

Então, eu procurei ouvir com muita atenção a exposição do projeto feito pelo presidente Eggers, e me lembrei até que Eggers deve ser ou produtor ou quebrador de ovos. (*Risos*) E ganha um prêmio Nobel da Física quem aprender a desquebrar ovos, o que é uma coisa muito complicada, é uma fissão nuclear. Nós temos que cuidar disso aqui, nós temos que...

Toda fusão de empresas, incorporação, envolve um ovo. É famosa a fábula sobre a fusão do porco e do frango para produzir omelete. A galinha entra com o ovo e o porco entra com a carne, com o produto dela, que é o toicinho. No meio da fusão, o porco perguntou: “Espere aí, mas para eu fazer essa fusão contigo, eu vou ter que morrer. Porque tu vais botar um ovo a cada três dias e vai continuar existindo. (*Risos.*) Não é verdade?” Então, veio o mestre do mercado e disse: “E você já viu, em alguma fusão, um dos dois não morrer? ” Este é o caso.

E, feitas as contas, e aí eu só queria fazer uma retificação para o Eduardo, nosso presidente do Sindicato, o histórico é controvertido — nós assistimos aqui a um histórico exposto pelo Gilberto, e o outro histórico apresentado pelo Eduardo. Nós não temos tempo para saber quem é o culpado de que. Eu sei que não agrado quando digo isso, mas vamos ser objetivos. Eu me comprometi com o Coordenador do Fórum de apresentar um encaminhamento. O próprio Eduardo falou no final: se tem que haver essa fusão, nós queremos ser a galinha da fusão, não queremos ser o porco. (*Risos.*) Isso é verdade ou é mentira? Vamos ser objetivos. (*Palmas.*) Muito obrigado!

Eu tenho receio de que esse seja o último aplauso que eu vou receber, mas vou me esforçar. (*Risos.*)

Coordenador do Fórum, a decisão de trazer a Eletrosul para cá foi política. Eu não aceito e não confio nesse laudo que diz que a única maneira que nós temos que caminhar é premiar o maior prejuízo. Eu não acredito nisso! (*Risos.*) Olha, isso é a perversão do capitalismo. Olha que capitalismo tem uma porção de coisas ruins e algumas coisas boas, mas essa é a perversão do capitalismo. Ou seja, quanto maior for o teu estrago, mas tu vales. Que história é essa? Quer dizer, tu vais liderar, tu vais ser a galinha dessa parábola porque tu fizeste mais mal do que bem.

Então, a decisão é política. O que eu sugiro, para encerrar, é nós pedirmos...olha, não existe nenhuma estatal, não existe nenhum órgão público regional sediado em Santa Catarina! Nós assistimos o 5º Distrito Naval ir para Rio Grande, o Tribunal Regional Federal tem sede no Rio Grande do Sul, o Ministério Público Federal tem sede no Rio Grande do Sul. Todos os órgãos públicos regionais têm sede ou no Paraná ou no Rio Grande do Sul! O Comando do Exército, o Comando da Aeronáutica... Então essa é a única estatal com sede em Santa Catarina.

É uma decisão política. O aproveitamento, como recurso fiscal do prejuízo, é um recurso comum no mercado, mas não conheço nenhum caso no mercado capitalista privado em que o quebrado ficou sendo o gestor, o CGC da empresa resultante da fusão ou da incorporação. Não conheço nenhum caso! Vou repetir: se a legislação manda fazer isso, mudemos a legislação, porque essa deve ter sido uma das leis que ajudaram a quebrar o País. Não é possível! “Ah, mas a economia de mercado... ” Que economia de mercado é essa?

Para encerrar, nessa minha disciplina, Empreendimentos e Modelos de Negociação, um grupo de alunos elaborou um trabalho sobre o processo de fusão da Sadia com a Perdigão. Vou falar de duas empresas Catarinenses. [*Transcrição: Taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Em 2007, a Sadia, senhor Peninha, fez uma oferta agressiva — é isso que se chama no mercado — de compra da Perdigão. Nove meses depois houve a fusão da Sadia com a Perdigão. Sabem qual foi a composição resultante? Vinte e oito por cento era o valor patrimonial da Sadia, que iria comprar a Perdigão, e 72% era o valor patrimonial da Perdigão que iria ser comprada pela Sadia. Não foi isso que aconteceu neste caso. O que nós vamos cobrar em audiência pública... é isso que eu peço, vamos pedir uma audiência ao Presidente da República, vamos levar um dado singelo. Se a fusão, no caso, é inevitável, se o governo não tem outra solução para isso, que seja a Eletrosul a marca, o CGC e a identidade da empresa resultante, no mínimo, para premiar a mais eficiente.

Essa é a proposta e eu estou pronto para acompanhar e tenho certeza de que o Fórum vai se engrandecer pela luta, e o resultado vai ser político. Esse é o primeiro pedido que Santa Catarina faz.

Concluindo, gostaria e encareço a necessidade... olha bem o que eu falei: “quando veio para cá, a luta foi de um Governador do Estado”.” O Governador do Estado tem que participar disso, porque faz parte do seu mandato. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Vamos intercalar as falas.

Então, com a palavra o senhor presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas (ABEE) e conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, José Antônio Latrônico Filho.

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO LATRÔNICO FILHO** — Bom dia, autoridades políticas, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, colegas da Eletrosul.

Quero começar dizendo que não confio no laudo, palavras do Senador Esperidião. Senador Esperidião, nós já temos feito alguns protocolos questionando esse processo e os diretores da empresa sabem disso. Eu fui até eles em algumas oportunidades, e eles não conseguiram me responder algumas questões, talvez até por uma questão de hierarquia, de obediência ao presidente da Eletrobras. É uma empresa que tem trinta anos depois da venda da geração, com apenas um balanço negativo, portanto, não é uma empresa ruim. Em trinta anos deu um balanço negativo, não é uma empresa ruim!

Mas aqui há algumas questões de fundo que nós estamos chamando de mapa de risco do processo. O mapa de risco do processo foi colocado para os diretores, mas nenhum deles nos deu uma resposta satisfatória, nem o presidente da Eletrobras, a respeito de um protocolo que nós fizemos no dia 12 de fevereiro, ele nos deu respostas evasivas, sem nenhum compromisso com relação a um processo tão importante.

Primeira questão que eu quero colocar é sobre o retorno fiscal, que é o mote da questão, R$ 1,3 bilhões, R$ 1,4 bilhões, R$ 1,5 bilhões, não se dá de um dia para o outro, como já falaram aqui, e o pior, é que pode se estender por dez anos, quinze anos, vinte anos. E com o fim do subsídio do carvão, daqui a oito anos, Deputada Angela, nós temos uma nova equação financeira. Daqui a oito anos, em 2027 nós teremos o fim de subsídio do carvão, que vai ser um problema para nós aqui em Santa Catarina, aumenta o nosso risco, todas as subsidiárias foram capitalizadas, Eletronorte, Chesf, Furnas, Eletrosul, não. O governo tem uma dívida conosco de capitalizar. Estão capitalizando a CGTEE com R$ 4 bilhões, poderiam muito bem capitalizar, mas cabe aos diretores da Eletrosul e ao diretor-presidente da CGTEE, o engenheiro Andriguetto, se eles assinam embaixo de um laudo de que essa usina vai performar. Essa usina que veio da China nunca performou e por isso que colocou a CGTEE em um buraco.

Fizeram um *overhaul* agora, começou a operar, podem até dizer que está indo muito bem, mas um uma unidade dessa envergadura, nós não a certificamos em dois, três meses de operação. É uma usina que vai para vinte anos, nós temos que ter mais algum tempo para certificá-la, para ver se ela vai performar, porque se não performar agora — como já aconteceu a primeira e teve, inclusive, uma mediação internacional com eles, porque deram um prejuízo grande para o país —, nos leva para um buraco sem precedentes. Esse mapa de risco tem que vir, sim, para ordem do dia.

Existe um contrato lá, senhores Deputados e Senadores, do carvão com a Companhia Riograndense de Mineração, que leva 30% de pedras para a usina; ela funciona com 30% de pedra! Isso danifica, isso baixa rendimento. É um contrato lesa-prátria que tem que ser primeiro questionado dentro do Rio Grande do Sul, têm interesses muito fortes do Rio Grande do Sul em vender 30% de pedra para o País. Esse é um mapa de risco que nós temos que levantar. Isso tem que ser levado ao Presidente da República, ao Ministro, que talvez nem saibam disso, talvez nem tenha conhecimento, com tantas coisas que existem, talvez eles nem tenham conhecimento.

Então isso é o que eu quero colocar para vocês, eu tenho outros assuntos, mas sei que o meu tempo é curto. Era isso que eu queria colocar como uma contribuição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Com a palavra o Deputado Federal Hélio Costa.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL HÉLIO COSTA (SC)** —Bom dia a todos, bom dia a toda a mesa já citada pelo protocolo.

Eu, antes de sair de Santa Catarina para tomar posse em Brasília, eu já sabia, já haviam me contado das intenções da Eletrobras, do governo que se instalou em janeiro de fazer isso com a Eletrosul. Trouxeram-me essa informação.

Naquele período de transição do governo Temer para o governo do Bolsonaro, já começou a ser armado ali o esquema da Eletrosul, começou a ser armado e não tem volta se nós não ficarmos em cima batendo. Ali foi traçado o futuro da Eletrosul. Eu nem olhei para o painel, porque eu não acredito naquelas informações que estão ali, eu não acredito mesmo (*palmas*). Obrigado. Vocês perceberam que eu não acreditei.

Então com aquele governo em transição, o Onyx Lorenzoni começou a tramar a venda da Eletrosul, a empresa Termelétrica Presidente Médici, que é CGTEE, pois ele tinha objetivo nela e era objetivo eleitoreiro, porque ele é o próximo candidato ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, e ter a Eletrosul nas mãos é muito importante para ele, para o seu projeto político. Agora a CGTEE, se fosse tão boa, pequeninha, ficava lá, né, ficava na mão.

Esse detalhe das pedras que botam no carvão para quebrar as peças é verdade.

Qual é teu nome?

(*Orador responde fora do microfone: “Latrônico.”*)

Latrônico. O que ele contou aqui é verdade, já tinham me dito. Então eu fui pronto para lá esperar a bomba estourar.

Mas para entrar no Palácio do Planalto não vou mais, só fui convidado e não vou mais, porque eu não sou fio desencapado para tomar geral na portaria do Palácio! Uma geral, eles dão uma geral no cara, ele têm a minha foto como Deputado, tem o nome, tem o número de votos — eu fui o mais votado aqui em Santa Catarina, obrigado a vocês.

Então gente, estava tudo armado e vai continuar armado! Quando me convidaram para ir falar com o General, eu disse que não ia falar com o General sobre Eletrosul — embora ela tivesse vindo para cá nessa época —, porque ele não vai saber, e quem manda nele tem a solução e ele não tem nada para falar. Ah, não vamos tirar uma caneta de Santa Catarina... não vão hoje, mas e amanhã? Vocês acreditam na palavra dessa gente? (*Palmas.*)

Então, para nós, a Eletrosul é intocável. Eu já me adiantei e mantive contato com a bancada do Paraná, mantive contato com a bancada do Mato Grosso do Sul também que só tem oito Deputados — nós temos dezesseis Deputados. E nós temos, Presidente do Fórum, de continuar mantendo contato com o Mato Grosso do Sul e com o Paraná. O Paraná tem uma bancada boa e nos apoia, pode nos apoiar; se depender de bancada, nós vamos perder fácil, não pela qualidade dos nossos representantes no Senado ou na Câmara, mas pela força, pois o número deles é o dobro de Deputados na Câmara Federal.

Para mim ou para nós aqui do Fórum Catarinense, a Eletrosul é imexível, não dá de mexer na Eletrosul. Chega! Vamos parar com esse papo, vamos fazer uma minhoca engolir uma jiboia! Não é verdade? Eu falei lá na Câmara (*palmas*), uma minhoca que é a CGTEE engolir a nossa Eletrosul que tanto nos orgulha, orgulha o Sul do Brasil, vocês são o orgulho do Sul do Brasil pelo serviço que já prestaram e que vão prestar. Agora, Candiota, não dá gente? A Engie está fechando, a Jorge Lacerda também, não quer mais energia suja. Então vamos privilegiar a energia suja no lugar da limpa? Eu nunca fiz disso.

Então a Eletrosul é nossa.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Na sequência, com a palavra a Deputada Federal Angela Amin.

**A SRA. DEPUTADA FEDERAL ANGELA AMIN (SC)** — Gostaria de cumprimentar toda a mesa já citada, mas principalmente aqueles que defendem um patrimônio que é dos catarinenses.

Eu entendo que já foi aqui colocado com muita sabedoria por todos os que me antecederam, mas o que mais me intrigou na apresentação feita pelo presidente da Eletrosul é que todo esse processo começou em 2014 e ninguém se atentou sobre a importância dessa discussão desde aquela época.

Eu no momento não tinha nenhum mandato, mas entendo que isso serve de alerta para próximos processos de mais uma vez diminuir a nossa gente, o nosso Estado e aquilo que produz e faz bem.

Por isso eu gostaria de reforçar aqui o nosso empenho, a nossa dedicação, para que mais uma vez o nosso Estado não venha ser prejudicado.

Contem conosco. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Com a palavra o advogado do Sinergia, senhor Anselmo Machado.

**O SR. ANSELMO MACHADO** — Bom dia, Presidente. Em seu nome saúdo todos os membros da mesa e demais funcionários aqui da Eletrosul.

Eu sou advogado na área tributária e fui o escritório contratado pelos sindicatos da Intersul para dar o assessoramento necessário nessa questão e, inclusive, em conjunto elaboramos a representação que foi encaminhada ao Ministério Público Federal aqui em Santa Catarina acerca desse processo de incorporação.

Eu tenho aqui três questionamentos que eu gostaria de fazer e se possível ter a resposta da diretoria da Eletrosul com relação à apresentação que foi feita para que também possamos ter alguns esclarecimentos.

O primeiro ponto, senhor presidente, é por que os pareceres citados pelo professor Paulo de Barros Carvalho, da Deloitte e do professor Luciano não estão disponibilizados aos Parlamentares e aos sindicatos que já os solicitaram para poderem fazer o devido contraponto. Por que esse sigilo todo? Temos conhecimento de que no parecer do professor de Paulo de Barros Carvalho ele menciona expressamente: que é perfeitamente defensável a utilização do prejuízo fiscal na incorporação, ou seja, parece que é unicamente para aproveitar o prejuízo fiscal, medida que pode ser caracterizada como crime contra ordem tributária. Isso eu gostaria que os senhores respondessem.

Segundo questionamento: a proposta de incorporação parece realmente trazer uma série de benefícios além do fiscal diminuindo as diretorias, racionalizando as operações de geração e logística. Pergunto: por que o contrário não daria certo uma vez que *e-mails* trocados pela representante do sindicado no conselho de acionistas da Eletrobras com a diretoria quando da apresentação da incorporação — ou seja, da Eletrosul incorporando a CGTEE — eles afirmam de que a operação é perfeitamente viável, mas que não há tempo hábil. Que tempo hábil é esse? Porque esse açodamento? Qual a justificativa?

Por último, os senhores diretores da Eletrosul, estão cientes de que responderão criminalmente pelos prejuízos causados em caso de uma notificação fiscal por parte da Receita Federal do Brasil, ao glosar a operação e enquadrá-la como uma eventual simulação?

São esses os meus questionamentos. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Na sequência, passamos a palavra ao Deputado Federal Daniel Freitas.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL DANIEL FREITAS (SC) —** Muito bom-dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o Coordenador do Fórum, o Deputado Peninha, e em seu nome cumprimentar todos os Deputados Federais, cumprimentar o Senador Esperidião Amin, Senador Jorginho Mello, cumprimentar os membros da mesa e especialmente os senhores Gilberto Eggers e Jorge Andriguetto, e a cada um de vocês que se fazem presentes nesta importante audiência.

Vale lembrar que na Comissão de Minas e Energia da qual eu faço parte da Câmara Federal, eu levantei esse tema, esse questionamento. Vale lembrar que eu sou governo, sou PSL, mas quando se trata de algo tão importante, tão nosso quanto é a Eletrosul, nós temos que ir à frente e fazer exatamente os questionamentos que eu fiz direto para o Ministro levantando algumas questões importantes. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

Eu quero aqui registrar a infelicidade desta bancada tão importante de, até então, não ter nenhum relatório em nossas mesas, porque uma fusão dessas, inadequada, incabível, o menor comendo o maior — como o Deputado falou há pouco da minhoca comendo a jiboia.

Eu falei com o Ministro Bento Albuquerque, naquele dia, e solicitei o seguinte: os relatórios econômico-financeiros e os técnicos e operacionais que justifiquem essa operação descabida da incorporação da CGTEE pela Eletrosul. O Ministro respondeu que esse encaminhamento teria que se dar com o presidente da Eletrobras. O.k. Nós tivemos uma segunda oportunidade. Eu pedi a palavra, usei o mesmo tempo com o mesmo discurso solicitando as mesmas coisas: relatórios que justifiquem essa operação. E, até agora, nada.

Nós somos Deputados Federais, Senadores, representantes do povo de Santa Catarina e aqui está manifestada a nossa vontade. Nós não queremos essa fusão. Nem PT, nem PP, nem PSL, nem o povo de Santa Catarina quer essa fusão (*palmas*)! Mas até agora nada.

Vale salientar que essa negociação começou no governo passado, já foi dito aqui, por isso é algo suprapartidário, e estamos pedindo ao menos uma explicação. A minha fala lá foi a seguinte: enquanto não houver os esclarecimentos necessários, enquanto não houver esse demonstrativo de resultado apresentado em relatório, que essa situação seja paralisada. Como até então não demonstraram nada, é sinal que aí tem, e se tem, tem que parar. Até então, não nos mostraram nada, nós não temos nem como nos posicionar nessa situação, porque não temos informações. É impossível uma transação desse tamanho sem informações públicas, porque nós estamos falando de empresas públicas.

Então fica aqui, mais uma vez, o pedido feito na primeira audiência pública, e hoje, num terceiro momento em que faço a minha fala no mesmo sentido: ou recebemos as informações ou essa transação tem que se paralisada.

Assim fica aqui a minha fala.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça)** — Eu gostaria de convidar a Deputada Federal Geovania de Sá para fazer parte da mesa.

Com a palavra a Deputada Federal Caroline de Toni.

**A SRA. DEPUTADA FEDERAL CAROLINE DE TONI (SC)** — Muito bom-dia a todos e a todas.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Todos estamos unidos em prol dessa causa, como podemos verificar: a situação, a Oposição, o povo catarinense. Todos querem lutar pela única estatal que hoje tem sede em Santa Catarina. É inadmissível que nós vejamos que a sexta maior estatal e única com sede em Santa Catarina esteja passando por esse processo que está envergonhando os catarinenses. Tirar um patrimônio que gera lucro para que seja incorporado por uma empresa deficitária, isso é ilógico, é irracional e, para nós, Parlamentares, é inadmissível.

Eu quero fazer uma observação aqui, porque, ao contrário do que foi dito pelo Deputado Hélio Costa e pela Deputada Luciane Carminatti, esse movimento não começou em 2007. Até me causou espanto que no *slide* apresentado em Brasília a decisão de incorporação começava em 2007. E no *slide* de hoje foi retificada a informação, porque nós temos documentos internos que comprovam que o início dos debates foi em 2014 e foi implementado no Plano de Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) 2015-2019. Ou seja, com todo respeito a quem é da Oposição aqui, foi no governo Dilma que começou essa tentativa de tirar a Eletrosul dos catarinenses. Isso está no PDNG. Tem que ser salientado isso, porque está sendo feita uma manobra, agora — porque o governo Bolsonaro não conseguiu limpar toda a Oposição que está dentro do âmbito federal, a gente sabe que muito foi aparelhado —, mas essa decisão não veio do Ministro Onyx, com todo respeito ao que foi dito aqui, mas começou desde 2014.

Ai, eu quero questionar...

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Exatamente.

Com todo o respeito, também quero deixar um questionamento aqui: Cadê os estudos? Não chegou às mãos de nenhum dos Parlamentares o parecer técnico que quer que uma empresa deficitária incorpore uma empresa superavitária. Cadê esse parecer técnico que até hoje não chegou às mãos dos Parlamentares? Nós queremos saber os dados, os números.

Outra coisa, se é para ter facilidades tributárias, será que não se está, como disse o tributarista, à frente de um crime contra a ordem tributária? Nós temos que saber antes de tomar uma decisão dessas.

Outra coisa, quando o Vice-Presidente Mourão fez um decreto para flexibilizar a Lei de Acesso à Informação e permitiu que se decretassem sigilos sobre documentos públicos — porque a Lei de Acesso à Informação é uma vitória para o cidadão, porque permite que se investigue tudo que está sendo gasto com dinheiro público —, o que aconteceu? Olhem que curiosidade, meus amigos e minhas amigas: segundo levantamento da CGU, depois do Comando da Marinha, depois do Gabinete de Segurança Institucional do Presidente da República — que até se justifica colocar sigilo de documentos —, sabem qual foi o terceiro ente estatal que mais decretou sigilo de documentação? A Eletrosul. Aqui vai uma pergunta ao presidente da Eletrosul: o que vocês estão querendo esconder do povo brasileiro? (*Palmas.*) Como assim decretar sigilo? Documentação sigilosa dentro da Eletrosul? Se for preciso, eu vou fazer um pedido de CPI na Câmara dos Deputados, caso seja mantido o sigilo desses documentos (*palmas*). É inadmissível que seja vedada a informação a nós, inclusive, aos trabalhadores aqui sobre o dinheiro suado do povo brasileiro e dos catarinenses.

Então, nós pedimos justificativas e esclarecimentos de tudo isso e de nossa parte, Parlamentares, vamos lutar pela permanência da Eletrosul. Se for preciso, Peninha, vamos fazer um encaminhamento — você que é amigo pessoal do Presidente da República — e marcar uma audiência urgente com o Presidente da República, com o Ministro de Minas e Energia, com o Presidente da Eletrobras para remediar esses danos que vão ser causados pela incorporação.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Bem, com o Ministro das Minas e Energia e com o Presidente da Eletrobras, o Fórum Parlamentar já esteve reunido.

Na sequência, com a palavra a senhora Cecy Maria Martins Marimon Gonçalves.

**A SRA. CECY MARIA MARTINS MARIMON GONÇALVES** — Bom dia companheiros, companheiras, trabalhadores e trabalhadoras da Eletrosul. Em nome da nossa Deputada Luciane, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Eletrosul, eu saúdo todas as mulheres e as Deputadas presentes aqui. Eu quero, Deputado Peninha, Coordenador do Fórum, agradecer o empenho deste Fórum na defesa da Eletrosul.

Muito do que eu queria falar já foi dito por quem me antecedeu, quase tudo. Eu fui professora trinta anos antes de ser eletricitária, antes de vir para a Eletrosul atuar como pedagoga. Como professora, fui gestora, fui gestora em escola pública e fui gestora em escola privada.

Na última instituição em que trabalhei, presidente Gilberto Odilo Eggers, fui contratada juntamente com o diretor para fechar a escola, porque era deficitária, e a nossa cidade perderia uma instituição de mais de trinta anos. Quando fomos contratados, nós dissemos aos gestores que eram uma organização comunitária: nós queremos dois anos para salvar essa escola. Nós não vamos fechar essa escola. A escola que tinha 250 alunos em dois anos terminou com mil alunos. A instituição comunitária manteve a escola e, hoje, é uma das maiores do litoral norte do Rio Grande do Sul.

Eu tive a oportunidade de sair de lá para ser trabalhadora da Eletrosul, via concurso público. Então pergunto à direção da Eletrosul — o presidente Gilberto Odilo Eggers é servidor de carreira da Celesc —, aos nossos companheiros que são trabalhadores e trabalhadoras de carreira da Eletrosul, que hoje estão na gestão: o que vamos fazer com esses cinquenta anos de história.

Em dezembro, nós recebemos este livro (*mostra o livro que tem nas mãos*) que conta o que cada um e o que cada uma fez pela Eletrosul, pelo Estado de Santa Catarina e pelos Estados do Sul. Nós recebemos um selo comemorativo aos cinquenta anos, personalizado, para cada um e cada uma de nós. É essa história que vai para o ralo? É isso que vai acontecer? Foi essa a decisão? Presidente Gilberto Odilo Eggers, a gente quando assume um cargo público, obviamente, nós devemos lealdade e obediência, mas também nos cabe questionar. E há oferta, há possibilidades em contrário. A Rita de Cássia, que foi nossa representante dos trabalhadores, apresentou à Eletrobras a proposta natural: a Eletrosul incorpora a CGTEE. A Eletrosul tem a possibilidade de manter a CGTEE como subsidiária, assim como a Eletronorte vai fazer com a Amazonas Energia. Dentro do mesmo grupo já tem essa possibilidade estudada, mas, no nosso caso, não foi essa escolha.

E, como o nosso advogado Anselmo lembrou, a resposta da Eletrobras foi: não há tempo hábil. Por que a pressa? Por que a falta de informação? Inclusive, tramita um mandado de segurança dos sindicatos que compõem a Intersul pedindo acesso aos documentos. Por que esses documentos não são públicos? O que há de tão sério nesses documentos? Será que lá aponta a possibilidade de evasão fiscal? Será que lá aponta a possibilidade desse crédito tributário não ser possível de ser aproveitado e resultar até em uma multa de 150%, como sabemos que tem jurisprudência nesse sentido?

Então, o que queremos, trabalhadores e trabalhadoras da Eletrosul, é perguntar: esses cinquenta anos de história em favor da região Sul e do Estado de Santa Catarina vão simplesmente desaparecer? Nós, trabalhadores e trabalhadoras, não vamos deixar que isso aconteça sem fazer todas as iniciativas possíveis.

Eu gostaria de pedir, sabendo da agenda que este Fórum tem hoje com o Governador do Estado, que faça o pedido, sim, para que ele tome partido e lute junto conosco, fazendo valer os votos que recebeu, em defesa do patrimônio público de Santa Catarina.

Muito obrigada a todas e a todos. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça)** — Com a palavra o Deputado Federal Darci de Matos.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL DARCI DE MATOS (SC)** — Eu desejo com alegria e com muito respeito saudar todos os senhores e as senhoras; o representante da direção da Eletrosul e, sobretudo, especialmente, os servidores da Eletrosul, que se fazem presente em grande número; todos os Parlamentares, Senadores, na pessoa do Coordenador do Fórum, Peninha.

Senador Esperidião Amin, quando nós podemos presenciar a direita e a esquerda defendendo a mesma posição, governo e Oposição atuando no mesmo rumo, podemos ter a convicção de que a causa é justa. E é o que nós presenciamos, hoje, aqui neste evento. Todos os discursos, todas as posições, Deputada Angela Amin, convergem no sentido de preservar a Eletrosul, que é catarinense.

Eu também quero dizer que parecer vem na linha de quem paga o parecer, por isso, também não confio no parecer que foi apresentado.

Segundo, fui a Brasília para defender o Brasil e para defender sobretudo o meu Estado de Santa Catarina, as empresas catarinenses e a Eletrosul que é catarinense.

Encerro, concordando com a proposta de encaminhamento do Senador Esperidião Amin. A decisão é política, e me parece que o governo já decidiu pela absurda incorporação da Eletrosul a essa empresinha de terceira categoria do Rio Grande do Sul. Nós precisamos, Esperidião Amin, sob a liderança do Peninha, do Fórum Catarinense, em caráter de urgência, marcar uma audiência com o Presidente da República para podermos manter a Eletrosul em Santa Catarina.

Contem comigo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça)** — Eu também quero aproveitar este momento para, primeiro, agradecer a presença de um número tão significativo de Deputado Federais, oito Deputados Federais e dois Senadores, e também reiterar o convite que já foi feito a todos para o almoço com o Governador Moisés. O meu gabinete avisou a todos os gabinetes dos Deputados — eu espero que todos tenham sido avisados —, foi feito via gabinete, via assessoria. Vai ser um momento importante, sim, estar junto com o Governador com todos os partidos, independentemente de ideologia ou o que quer que seja. É uma reunião republicana e a defesa da Eletrosul, evidentemente, vai estar na pauta da nossa reunião.

Com a palavra o Deputado Federal Pedro Uczai.

**O SR. DEPUTADO FEDRAL PEDRO UCZAI (SC)** — Peninha Mendonça, Coordenador do Fórum, lideranças, principalmente os que construíram a história da Eletrosul que se mistura com a história de cada um de vocês.

Eu acho que o primeiro ponto que o Fórum deve exigir é transparência total de todos os dados, de todos os números, de todos os relatórios. E, aí, quem sabe, no primeiro relatório que a própria Deputada de Toni vai ler, ficará sabendo que os estudos de 2014 não eram para incorporar a Eletrosul à CGTEE, mas era o inverso, porque estava falida aquela empresa. (*Palmas.*)

Em segundo lugar, eu acho que tem três posições aqui: a primeira é a defesa da Eletrosul com essa engenharia que eles montaram; a segunda — acho que têm duas possibilidades concretas que esse plenário precisa sair daqui hoje —, é a incorporação da CGTEE à Eletrosul; e a terceira possibilidade é a Eletrosul continua Eletrosul e a CGTEE resolve os seus problemas, térmico, carvão, poluição e energia fóssil (*palmas*).

Então, eu queria dar dois encaminhamentos: um é a incorporação; o outro mantém; e a CGTEE resolve os seus problemas, e aí monta-se um projeto estratégico para a Eletrosul.

O terceiro ponto, de toda essa engenharia que está aqui presente, o Peninha falou de demagogia, de não fazer demagogia política aqui. Quem está fazendo demagogia política, aqui, é o presidente da Eletrobras que montou uma engenharia para privatizar a Eletrosul. E, portanto, o que está em jogo não é CGTEE, não é a marca Eletrosul (*palmas*), é o desmonte dessa empresa pública, é a privatização dela. Essa é a montagem da engenharia. Por isso, incorporar, por isso, sanear, de uma hora para a outra a deficitária já virou lucrativa, a CGTEE, e tudo isso para fazer o quê? Para o passivo ficar para o governo federal e para o povo brasileiro entregar limpinha para a privatização. [*Transcrição: Taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Então, portanto, tem uma divisão neste plenário aqui: para uns é manter a sede da Eletrosul aqui, manter a marca da Eletrosul, nos juntamos todos. Mas aí quando se começa a dizer: essa Eletrosul vai continuar pertencendo ao povo de Santa Catarina, ao povo brasileiro, como estatal, como estratégica, porque quem está na Eletrosul sabe que — meu primeiro Mestrado foi no final da década de 1980 quando o escritório da Eletrosul ainda estava em Erechim — quando eles privatizaram a geração é que começou a fragilizar a Eletrosul, quando eles privatizaram parte da parte nobre da Eletrosul. Agora venderam mais ativos e não capitalizaram a Eletrosul. Isso produz o quê? Mais problema para a Eletrosul. E aí eu tenho que ouvir aqui discurso contábil, financeiro, e não percebem a decisão política que está sendo construída em relação à Eletrosul! (*Palmas.*)

Portanto, eu não vou me estender aqui. O discurso feito aqui é estatal, é catarinense, é o único. Na audiência com o Presidente, eu vou estar lá, mas só quero uma resposta — eu não quero só que se mantenha a marca aqui, a sede aqui, tudo isso, eu não quero só a galinha —, eu quero que a galinha continue com o povo de Santa Catarina e dos funcionários. Porque fazem discurso quando é para privatizar, que não tem competência, que não tem eficiência, que não tem produtividade, esse é o discurso que eles fazem. E vocês mostraram ao longo da história que, apesar das gestões muitas vezes irresponsáveis, vocês seguraram a Eletrosul até agora. Ela tem que continuar pública, do... (*Áudio interrompido pelo termino do tempo do orador.*)

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça)** — Quero fazer só uma referência ao Pedro Uczai. Quando eu falei em demagogia política, é o que já nos referimos dentro do Fórum — o Fórum é apartidário. Inclusive, foi um dos teus pedidos no sentido de que dentro das reuniões de Fórum nós podemos ter brigas políticas, de repente entra um aqui para criticar o PT, o PSL, ou o que quer que valha. Então, esse é o ponto que eu me referi, inclusive foi um pedido teu, certo?

(*O senhor Deputado Federal Pedro Uczai manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Tá, mas a minha referência foi por conta de um pedido teu dentro do Fórum, para que essas brigas político-partidárias não acontecessem. É nesse sentido que eu fiz a referência. (*Palmas.*) O Fórum é de Santa Catarina, eu posso ter o meu partido, o Pedro o dele, a Caroline o dela, a Carmen também, mas aqui nós estamos todos por Santa Catarina em prol da Eletrosul. (*Palmas.*)

Com a palavra o senhor trabalhador da Eletrosul, Tiago Bitencourt Vergara.

**O SR. TIAGO BITENCOURT VERGARA** — Bom dia a todos e a todas.

Quem não quer que a Eletrosul saia de Santa Catarina tem que dar um bom-dia mais fervoroso. Bom dia!

(*Manifestações simultâneas: “Bom dia.”*)

Eu só queria entender uma coisa da mesa, não ter demagogia é não falar no golpe, é isso?

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Tá, beleza. Porque, assim, eu não consigo entender esse processo sem entender o processo que aconteceu em 2016, que retirou a Dilma do poder.

Os trabalhadores e as trabalhadoras da Eletrosul não têm responsabilidade sobre o que está acontecendo na empresa. No último período, a Eletrosul está passando por um processo de precarização: redução de funcionários, demissão incentivada, uma após outra, fecha uma, abre a outra, não é assim? Porque aquele que não saiu, que tava com dúvida, a ora que der mais uma apertada ele sai. Isso está colocando o sistema elétrico brasileiro em risco, que não estava em risco, desde 1998, quando o processo de privatização estava em plena ascensão no País.

O que ocorreu no período seguinte, a partir de 2002, foi um processo de fortalecimento da empresa pública, fortalecimento das estatais, porque as estatais são do povo brasileiro, elas não são nem dos empregados, elas servem para a gente ter um serviço eficiente para o povo. Obviamente que nós queremos defender, sim, os nossos postos de trabalho. Nós queremos defender, sim, a Eletrosul em Florianópolis, mantendo a renda em Florianópolis. Já foi feito um estudo de quanto Florianópolis perderá com a saída da Eletrosul, com a extinção da Eletrosul? Já perguntaram para quem está à frente desse projeto o que vão fazer do prédio, se vai ser um *shopping*? Porque a extinção da Eletrosul... não pensem que os funcionários vão ficar em Florianópolis. Quem é que mantém uma estrutura como a da Eletrosul com um escritório avançado? Isso é conversa para boi dormir! Assim como a gente tem escutado muita conversa de 2016 para cá: doze milhões de desempregados. Reforma trabalhista que não aumentou o emprego. Agora, outra lorota, a Reforma da Previdência. E dá-lhe reforma, e dá-lhe desemprego! Eu só quero dizer um negócio para vocês: lutem para que a Eletrosul continue em Santa Catarina. Lutem! O povo está acordando e ele sabe muito bem de quem é o rosto, de cada um e cada uma, que os prejudica. Não pensem que o povo não sabe!

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Registro a presença do senhor chefe de gabinete Marcel Schmitz Gutiá, representando o Deputado Estadual Neodi Saretta.

Com a palavra a Deputada Federal Carmen Zanotto.

**A SRA. DEPUTADA FEDERAL CARMEN ZANOTTO (SC)** — Bom dia.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Vou ser bastante prática, uma vez que esse tema, precisamos reconhecer, tomou as proporções que está tomando a partir dos últimos meses. Lembrando e sendo justa com o nobre Deputado Pedro Uczai, que nos enviou – eu, como Coordenadora do Fórum − o primeiro ofício tratando desse assunto no dia 2 de abril. Depois disso, inclusive, já teve a reunião do Fórum, presidida pelo Deputado Peninha, que já assumiu com o Ministro de Minas e Energia. Então, quero dizer, gente, que essa causa une a todos, independente das nossas posições político-partidárias, por todas as falas que aqui nos antecederam.

Eu prestei muita atenção nas transparências apresentadas pelo senhor Gilberto — em que pese ter chegado um pouquinho atrasada em função do trânsito de Lages até Florianópolis — quando ele coloca a situação da CGTEE no comparativo com a Eletrosul: energia suja e *deficit* financeiro; Eletrosul imagem de sucesso consolidada por energia limpa e recursos renováveis. Se de tudo aquilo que foi falado aqui, nós pegarmos só esses dois comparativos já mostra a magnitude de que não podemos estar envolvidos com a causa, porque quem se envolve dá só um pedaço de si. Aqui dado o exemplo pelo nobre Senador Esperidião de que a galinha só põe o ovo, ela está envolvida, já o porco morre para participar do processo. Não vai ser a Eletrosul de Santa Catarina que vai morrer por causa dessa incorporação, mas isso só será possível se nós tivermos unidade, independente das nossas posições político-partidárias com todas as pautas que nós estamos vivendo no País. Essa é uma causa que une todos. (*Palmas.*)

Portanto, agora eu gostaria de pedir, Deputado Peninha, que na sequência nós pudéssemos levar — como vamos ter a reunião com o Governador —, como unidade do Fórum de Santa Catarina, a defesa da Eletrosul em Santa Catarina da forma como ela está, e se for necessário em última instância que a outra, a CGTEE, venha para ser incorporada, ela que venha se incorporar a nós, como posição fechada, pelo menos os representantes que estão aqui, acredito que dos demais seja a mesma posição. Nobre Senador Esperidião Amin, quando nós formos ao Presidente da República nem que essa seja a única pauta, a única pauta para que a gente possa ter o coletivo... (*palmas*) [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

**O SR. SENADOR ESPERIDIÃO AMIN (SC)** — Sugerindo que ele convide para a reunião os Ministros cabíveis.

**A SRA. DEPUTADA FEDERAL CARMEN ZANOTTO (SC)** *—* O coletivo dos dezenove parlamentares de Santa Catarina. (*Palmas*.)

Senador, desculpa, eu não o ouvi.

**O SR. SENADOR ESPERIDIÃO AMIN (SC)** — Já falei com o Deputado Peninha, Deputada Carmem, não tem outro caminho a meu ver. Pedi audiência ao Presidente da República, o assunto é esse, sugerimos que os Ministros pertinentes tenham responsabilidades ao assunto e estejam presentes. Mas tem que ser com ele. (*Palmas.*)

**A SRA. DEPUTADA FEDERAL CARMEN ZANOTTO (SC)** —Perfeito. Na nossa Casa, em função da dinâmica, nem todos conseguem estar presentes em todas as audiências, mas, quando é do Fórum, significa que os dezenove estão representados em função das votações, inclusive no dia da audiência o nobre Deputado Peninha teve que justificar uma das suas votações em função de já estar no Ministério. Quando foi pedido a agenda, por meio do nosso Coordenador, o Fórum Parlamentar lá esteve com o Presidente da República.

Como nem todas as pautas nos unem, que essa pauta... Por isso, que eu reforço o pedido para que nenhum colega e nenhuma colega se sintam impedidos de ir e ser impossibilitado de fazer a representação do nosso Estado. E nessa agenda, se possível, estender o convite ao Governador para estar com Presidente da República, com o nosso Secretário de Estado de Articulação Nacional, mostrando a nossa força, a força de Santa Catarina, para um pleito que é justo e se faz necessário para que a gente possa manter aqui a nossa Eletrosul, que orgulha, sim, a todos os catarinenses. Ela já deu bons frutos nesses cinquenta anos, e não é por algumas dificuldades financeiras de alguns momentos... porque se a gente vê empresa que está nos incorporando desde 2012 ela tem prejuízo pelos gráficos aqui apresentados. (*Palmas*.) Desde 2012! A nossa... está vivendo um período de dificuldades, dificuldades essas que os dados vão dar mais clareza para todos nós em um futuro breve.

É só com a nossa unidade, de todos os catarinenses, todos os trabalhadores, o Fórum Parlamentar e o Governo de Estado que nós vamos conseguir isso, mas que isso não nos divida. Quero mais uma vez fazer esse apelo, que a gente fique com essa pauta como uma pauta de unidade, que as outras questões de ideologias, ou de encaminhamentos nossos individuais, sejam tratadas em um segundo momento, não nesse plenário nem nesse encaminhamento para que a gente, eu repito, só some esforços.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Com a palavra o Deputado Federal Celso Maldaner.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL CELSO MALDANER (SC)** — Peninha, em seu nome e de todos os colegas parlamentares, Senadores, em nome do Jorge, diretor administrativo, cumprimento todos os presentes e os integrantes da Eletrosul.

Eu, particularmente, sou muito grato à Eletrosul. Na época em que o Wilmar Dallanhol era Presidente da Eletrosul, nós estávamos estabelecendo o frigorífico da Aurora, na minha cidade, em Maravilha. E, se a gente não fizesse uma mini-Itaipu, nós não teríamos água suficiente para atender aquela indústria, graças a Deus até hoje ela está lá com 1.500 colaboradores trabalhando. A Eletrosul fez todo o projeto gratuitamente e acompanhou do início até o final aquele projeto que foi feito em Maravilha para garantir a instalação da Aurora lá. Então eu sou muito grato a isso.

Aqui eu escuto os dois lados. Eu acho que não pode ter ideologias nem extrema esquerda nem extrema direita, temos que pensar em Santa Catarina. Eu sou de centro e gosto de ter um alto grau de racionalidade, mas acho que nesse encaminhamento temos que unir todos. Pela audiência que tivemos, o Fórum Parlamentar já esteve com o Ministro de Minas e Energias e com o Presidente da Eletrobras, que participou da audiência, infelizmente vimos aquele lado da moeda, lá a decisão já foi tomada. Eu sou da transparência e do diálogo, muito trabalho, agora lá já foi decidido.

Eu não conheço Candiota, não sabia que existia, nunca ouvi falar nem sei quantos mil habitantes têm. É isso que não entra na minha cabeça: Florianópolis é Capital, já tiraram a Marinha e levaram para o Rio Grande do Sul, e tivemos que ficar quietos. Daqui a uns dias... Bom, acho que temos que unir forças.

Peninha, eu não sei se podemos reverter isso, estão jogando pesado, você tem acesso muito bom com o Bolsonaro, nós estamos jogando pesado na questão da reforma da Previdência, também tem as rodovias 470, 280, 282, 161, que estão abandonadas no extremo-oeste, mas esse jogo é muito pesado. Se nós olharmos a bancada, o Rio Grande do Sul tem dois terços a mais do que nós. É um jogo muito pesado, e eu não sei como reverter essa situação, essa é a triste realidade, nós queríamos ver esse outro lado. Claro, a gente não entende, a Eletrosul é um... Eles alegam que agora vai ter mais capacidade com a fusão, de que tem que investir R$ 50 bilhões e não sei mais o que, mas eu não entendo. Não conheço Candiota, o que tem lá? Vamos ser engolidos pelo Rio Grande do Sul mais uma vez.

Então vamos nos unir de corpo e alma, 100%. Contem conosco para defender a nossa Eletrosul.

Obrigado e um abraço. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Com a palavra o senhor coordenador estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Rodrigo Timm.

**O SR. RODRIGO TIMM** — Bom dia a todos.

Eu falo em nome do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Eu sou atingido pela hidrelétrica Foz de Chapecó no oeste de Santa Catarina, e para nós, do MAB, é superimportante ter uma empresa pública tratando no setor elétrico. Nós, do MAB, somos testemunha para dizer a diferença entre o tratamento com uma empresa pública e uma privada na construção e na geração de uma usina.

Para vocês terem uma ideia, a Hidrelétrica de Itá, construída pela Eletrosul nos anos 1990, hoje serve de parâmetro para todas as barragens construídas no País em termos de reconhecimento de direitos dos atingidos. Hoje, inclusive, o acordo de Itá feito pela Eletrosul está servindo de parâmetro de marco legal para reconhecer direito pelos atingidos de Mariana e Brumadinho lá em Minas Gerais. E foi com uma empresa pública que conseguimos esse acordo que reconhece o direito dos atingidos, reconhece as famílias que são desalojadas e perdem o seu direito na construção de uma usina.

Ao se privatizar, nos anos 1990, a geração da energia elétrica no nosso país, a gente está presenciando uma piora no tratamento social com os atingidos. Ser atingido hoje por uma empresa privada é muito pior do que ser atingido lá atrás quando era o Estado que controlava a geração de energia elétrica. Hoje em Santa Catarina está sendo construída a Hidrelétrica de São Roque, que despejou pessoas e desalojou famílias com aparato policial, que nega direito, que não reconhece indenização e, quando reconhece, é pela metade e é judicialmente.

Então, para nós, assim como foi dito aqui e não quero repetir, o debate central desse projeto de incorporação não é uma disputa entre catarinenses e gaúchos. O debate central aqui é a privatização de uma empresa pública, eficiente, que está sendo preparada para ser entregue para o capital privado e, como foi dito aqui, vai piorar... (*palmas*) Vai piorar a condição de trabalho para os seus empregados e também vai piorar o serviço prestado para a sociedade civil. Vai piorar para nós, atingidos, que vamos ter os direitos violados nas barrancas de rios, e também o caso mais grave, como todos percebemos, uma empresa pública que era a Vale do Rio Doce, que foi privatizada e hoje a gente está contando corpos em Minas Gerais para ver quantas pessoas foram assassinadas pelo despreparo e pela ineficiência do setor privado. (*Palmas*.) [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro /Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O dado catarinense hoje: nós temos 177 barragens construídas no nosso território, 44 estão com problemas estruturais e milhares de famílias vivem na insegurança de que essas barragens no seu entorno pode romper a qualquer momento, como a gente presenciou neste ano mesmo barragens rompidas lá no Alto Vale do Itajaí.

Então, nós do MAB reconhecemos mais uma vez todo o esforço dos Parlamentares, todo o esforço dos trabalhadores da Eletrosul para permanecer essa empresa pública e a gente conseguir mais uma vez com que o Estado brasileiro consiga cumprir seu papel social, tanto com os trabalhadores das suas estatais quanto com a sociedade civil, porque é só o Estado que consegue fazer isso com compromisso social e público. A gente espera.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Na sequência, com a palavra a Deputada Federal Geovania de Sá.

**A SRA. DEPUTADA FEDERAL GEOVANIA DE SÁ (SC)** — Meu bom-dia a todas e a todos.

Cumprimentando o Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, nobre Deputado Peninha. Quero aqui, juntamente com todos que fazem parte da nossa Eletrosul, cumprimentar, dar um bom- dia. Vínhamos acompanho pela estrada todas as informações repassadas nessa audiência pública.

E de tudo que foi colocado aqui, algo me chamou muita atenção. Somente isso, porque alguns Parlamentares falaram aqui em números, informações e indicadores, mas esse que me foi passado eu achei fundamental, Deputado Celso Maldaner: em dez anos a Eletrobrás pagou à União, a título de dividendos, R$ 10 bilhões. Existe algo mais importante e com maior fundamentação do que isso para defender a nossa Eletrosul? Não existe! Eu estava olhando todos os *banners* colocados aqui e um me chamou atenção: Educação, saúde, água e energia não são mercadorias e não estão à venda! (*Palmas.*)

Aqui nós temos que defender o que é nosso, é patrimônio público. Não estamos falando de uma empresa que não tem funcionários, que não tem colaboradores comprometidos. Aqui estão, defendendo o que sabem, o que e conhecem e pelo o que lutam.

Para finalizar, porque já colocaram muitas coisas aqui. Eu quero dizer que aqui não existe e não podemos ter nesse momento partido de direita, de esquerda e de centrão. Tem algo que nos une, uma bandeira muito maior e que é dos catarinenses. Existe a Eletrosul e essa nós não abriremos mão. Estou percebendo que é um passo para privatização, mas aqui, essa bancada, Senadores, e uma sugestão dada, pelo Senador Esperidião Amin, que, de todas, respeitando todos os nobres colegas, mas do Senador Esperidião Amin, que é uma pauta, a única pauta que deve ser marcada com urgência, nosso Coordenador Peninha, com o Presidente Bolsonaro, é essa! Essa é urgente e essa nós devemos pautar e dessa nós não vamos abrir mão. A Eletrosul é nossa, a Eletrosul é dos catarinenses (*Palmas*.)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça)** — Com a palavra o presidente Gilberto Odilon Eggers.

**O SR. GILBERTO ODILON EGGERS** —Vou tentar de uma forma sintética agrupar os questionamentos. Houve vários questionamentos quanto à questão de documentação por parte dos Deputados. Há um compromisso da Eletrobras, assumido com o nosso presidente, na segunda-feira da semana passada, que aqueles pareceres que não se vinculam à questão de informação de acionistas que possam ter influência no mercado, vão ser disponibilizados na Comissão de Minas e Energia em Brasília. E esses mesmos documentos estaremos encaminhando aqui para a Assembleia Legislativa, para a Deputada Luciana ou para Frente Parlamentar. Houve algumas manifestações sobre a questão de retorno fiscal, que levaria 10 anos, 15 anos, e é isso mesmo. Não se imagina que o aproveitamento tributário numa operação dessas possa ocorrer. A não ser que aumente efetivamente ou expressivamente o resultado da nova companhia, demandará o tempo de 10 anos, 15 anos para ser aproveitado esse crédito tributário.

Na questão da certificação da nova usina em pedra e no carvão, a CGTEE tem tomado todos os cuidados. Eles também passaram por uma curva de aprendizado com o processo de instalação da usina e agora, nessa reforma geral, estão tomando todos os cuidados para que isso ocorra. A questão das pedras, que é um material fornecido junto ao carvão, a CGTEE está instalando um processo de jigagem, que é de conhecimento de todos da Eletrosul, que vai fazer a separação e isso vai melhorar efetivamente o desempenho da usina.

A questão, que também foi colocada: porque não ao contrario. Foi citada também a situação da unificação das operações no Norte. Tanto no Norte, quanto aqui no Sul, são as duas únicas regiões em que a Eletrobras possui duas empresas atuando de forma concorrencial, e ela procurou fazer a unificação dessas situações. A análise feita na Eletronorte e Amazonas GT resultou que o melhor encaminhamento seria desde a análise de benefícios econômicos, tributários e de gestão. A melhor forma se deu na questão da incorporação da Eletronorte. Aqui no Sul tem a questão tributária, que também é um peso expressivo no processo de decisão e que possivelmente se fosse feito o inverso, todos os órgãos de fiscalização estariam também responsabilizando os gestores por não terem tomado a melhor medida econômica. Isso é um fato que também tem que ser considerado. E aí, entre todos os componentes de unificação de atividades das operações aqui no Sul do país, restou essa decisão. Sobre o questionamento tributário também está O.k.

Sobre os documentos sigilosos, na realidade aqui é um pouco que nós estamos tendo uma avaliação talvez equivocada, pela eficiência do nosso corpo funcional. Na realidade a definição é um critério eminentemente técnico de cumprimento do Decreto nº 7.724. Foi criada uma comissão dos empregados, coordenada pela equipe que faz a gestão documental e seguindo essa orientação da documentação, sem nenhuma interferência de nenhum diretor. Até me surpreendi quando vi o resultado que foi publicado, que a Deputada Caroline de Toni comentou. Também fiquei surpreendido pelo quantitativo que foi colocado, mas o que foi feito, a pergunta para as áreas, e é o cumprimento estrito da legislação. A eficiência se dá porque a Eletrosul foi a única empresa do grupo Eletrobras que já concluiu esse trabalho. Então, quando se torna comparativo com as demais empresas acaba dando essa impressão talvez equivocada. Mas, isso pode ser revisto, está aberto, mas é o fruto de um trabalho eminentemente técnico, sem nenhuma aprovação nem da diretoria, a própria área técnica faz essa definição. Então, se puderem dar essa manifestação para a Deputada Caroline, seria interessante que estivesse, mas estamos lá à disposição.

Outra situação, de forma muito rápida, que nós já comentamos realmente, Cecy, os cinquenta anos nos orgulham muito, e eu sempre digo na Eletrosul que a coincidência é que o dia do aniversário da Eletrosul é exatamente o dia do aniversário da minha esposa, inclusive, dia, mês e ano. Então, foi uma coincidência bem interessante. E é uma coisa que se lamenta... (*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*) Mas você coloca a questão da... [*Transcrição: Ana Clara Mota.*]

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça)** — Pessoal, por favor, vamos deixá-lo concluir.

**O SR. GILBERTO ODILON EGGERS** — Realmente, a Rita era a conselheira representante dos empregados até o mês de abril. Ela apresentou uma proposta diferente. Na realidade, na minha opinião, bem franca, com vocês, como eu procuro sempre colocar, ela oferecia muito mais riscos do que a proposta que está colocada. A proposta, de uma forma bem sintética, defendia que fosse feita... que a CGTEE passasse a ser uma subsidiária integral da Eletrosul. E, para um aceleramento da receita, nós fizéssemos a transferência dos nossos ativos da Eletrosul, os mais rentáveis, para essa companhia e, isso teria o aproveitamento fiscal naquela companhia. O que restaria? A Eletrosul, basicamente, com a mesma estrutura de custos, com uma receita menor e passaria a ter um prejuízo muito agravado, além da perda tarifária. Eu já comentei isso com a conselheira Rita, sobre esse ponto. A resposta que a Eletrobras passou, foi que o processo que estava em desenvolvimento já estava em fases finais e que não daria mais tempo de fazer uma reversão na amplitude que ela estava propondo.

Foi colocada aqui também a questão de precarização. Na realidade, nós temos efetivamente, como foi bem colocado, acredito que ficou bem claro na transparência, nós tivemos uma redução de 20% dos nossos empregados nos últimos anos, nos últimos três anos, através de programas de demissão. Nós tivemos uma redução, como eu citei, uma redução significativa na questão do custo de material, serviços e outros. E nós temos um grande desafio da perda tarifária. Acho que eu tentei fazer esses três *links* de uma forma muito transparente aqui e nas oportunidades em que nós temos conversado. Eu confesso que nós estamos tendo uma oportunidade de ter um incremento de receita através dessa incorporação que, com certeza, garantirá.

Eu tenho aqui uma preocupação, sou catarinense e adoro Santa Catarina, defendo Santa Catarina. Mas, quando nós olhamos uma empresa, uma estatal federal, e de certa forma as pessoas dizem: “ah, a CGTEE, não é problema nosso”. Mas nós temos lá 340, eram 600, hoje, temos 340 empregados. E ela, por si só, não sobreviveria. Então, foi feito um grande.... (*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*) Calma.

Foi feito um grande investimento de reforma total lá. Diminuiu-se o efetivo significativamente, a exemplo do que ocorreu aqui na Eletrosul, para ela ter viabilidade. E com a junção dessas duas empresas, com certeza, nós teremos uma empresa muito maior, que poderá novamente ter a capacidade de investimento que nós perdemos há 3 anos, há 4 anos. Então, acho que isso é algo que não nos agrada muitas vezes, mas é a franqueza, a sinceridade, ela precisa ser repetida, dita. Vocês conhecem os números e vocês têm acompanhado os números.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

A questão... foi falado sobre fonte de financiamento, que uma empresa que tem geração de carvão não tem acesso. O que talvez, KFW, que foi financiamento em energia limpa, ele financiam os projetos e não empresas. Então, se nós continuarmos apresentando projeto de geração eólica, solar, com certeza, nós não perderemos a capacidade de buscar esses financiamentos, muitas vezes subsidiados. Óbvio que em projetos de ampliação de geração térmica, que talvez seja um desejo muito forte de todo o Sul de Santa Catarina, que é uma região altamente produtora, talvez isso seja uma possibilidade da Eletrosul, da CGTEE/Eletrosul, voltar a fazer investimentos. Afinal, energia firme cada vez está menos disponível.

Eu acredito que, de uma forma bem genética e atendendo ao pedido do Coordenador, procurei dar respostas sobre todos os pontos. Nos colocamos sempre à disposição dos empregados, das lideranças e agradecemos a oportunidade de estarmos aqui conversando abertamente com vocês sobre o tema.

Obrigado. (*Vaias e palmas da plenária.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça)** — Bem pessoal, nós tínhamos nos proposto a concluir essa audiência pública, ao meio dia, então, praticamente, estamos dentro do horário. Então, como encaminhamento final, nós vamos aceitar a sugestão do Senador Esperidião Amin e vamos levar agora, junto ao Governador para que, em conjunto, o Governador, o Governo do Estado e o Fórum Parlamentar Catarinense, nós tenhamos uma audiência com o Presidente da República, já que nós já estivemos com o presidente da Eletrobras, o Fórúm já esteve, e também com o Ministro das Minas e Energia. Então, a última instância que nos falta é o Presidente, e vamos fazer esse encaminhamento.

Quero fazer uma referência à presença do ex-Deputado Jailson Lima da Silva, obrigado Jailson. Agradecer a presença de todos. Agradecer a presença dos Deputados, Senadores. Agradecer à Assembleia Legislativa, pelo acolhimento neste local e dizer também, Deputada Luciane Carminatti, que toda aquela documentação e solicitações também estão sendo encaminhados para o Ministério e também para o Presidente da República.

Passo a palavra a Deputada Estadual Luciane Carminatti.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** — Quero agradecer o Peninha, em nome de todos os Deputados Federais. Agradecer também a presença dos nossos Senadores, agradecer à direção da Eletrosul, é a primeira vez que a gente consegue ter esse debate aberto, isso é muito positivo. Agradecer especialmente os trabalhadores da Eletrosul, que tornaram essa empresa tão referência, como é bonito hoje, nós concensuarmos a importância da defesa da Eletrosul, como está atualmente atuando na geração e na transmissão de energia, com caráter público e como a sexta maior empresa do Estado de Santa Catarina. Quero reforçar esse entendimento.

Quero deixar aqui também um convite. Tem duas atividades extremamente importantes para todos os trabalhadores. Hoje, às 14:30h, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, acontecerá uma reunião para debater os aspectos da MP-868, que é a MP da Regulamentação do Sistema Regulatório do Saneamento Básico. Também é o Dia Nacional de Luta, estão chamando os trabalhadores, os sindicatos, contra a MP-868/2018. E, no dia 20, na próxima segunda-feira, às 14h, aqui neste auditório, a audiência Pública, também para discutir os impactos desta MP.

Eu agradeço então, Peninha, e gostaria só de reforçar, a importância de quando houver essa audiência, se fosse possível, convidar a Frente Parlamentar que nós instalamos aqui no dia 02 de abril, para trazer o tema desta incorporação da Eletrosul.

Quero dizer aqui na mesa que todos os Deputados se manifestaram de forma respeitosa. Eu fui citada por uma Deputada, não vou responder, porque ela não está aqui. Eu costumo responder olhando nos olhos das pessoas. Quero agradecer muito a presença de todos, acho que o Parlamento Catarinense e o Parlamento Federal nos orgulham quando tem coragem de se unir em torno dos grandes temas.

Um grande abraço, um ótimo dia e boa luta!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR (Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça) —** Assim sendo, nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*)(*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Clovis Pires da Silva / Leitura final: Dulce M. da Costa Faria*]

**DEPUTADO ESTADUAL JAIR MIOTTO**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA E PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**DEPUTADO FEDERAL ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA**

**COORDENADOR DO FÓRUM PARLAMENTAR CATARINENSE**